



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 360,00

<p>Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E.P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»</p>	<b>ASSINATURAS</b>		<p>O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.</p>
		Ano	
	As três séries . . . . .	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série . . . . .	Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série . . . . .	Kz: 123 500,00	
A 3.ª série . . . . .	Kz: 95 700,00		

## SUMÁRIO Assembleia Nacional

Lei n.º 12/06:  
Aprova o Programa Geral do Governo para o Biénio 2007-2008.

### Ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente

**Despacho conjunto n.º 562/06:**  
Determina o registo a favor do Estado do prédio urbano sito na Província de Benguela, Rua General Pereira D'Éça, n.º 26, inscrito na Área Fiscal de Benguela sob o n.º 1736 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Benguela a folhas 140, verso, do livro B-18 sob o n.º 4269, acha-se inscrito sob o n.º 5862, a folhas 3 do livro G-6, em nome de Agripino Jorge Lopes Dias Coelho da Fonseca.

**Despacho conjunto n.º 563/06:**  
Determina o registo a favor do Estado da fracção autónoma designada pela letra D do 5.º piso (4.º andar) do prédio urbano sito em Luanda, na Rua do Quicombo, Município do Sambizanga, inscrita na Matriz Predial da Área Fiscal do 3.º Bairro, sob o n.º 2784, descrita e inscrita na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, sob o n.º 27 038, a folhas 161 do livro B-72 e folhas 131, verso, do livro G-21, sob o n.º 21 491, em nome da Sociedade de Apartamentos, Limitada.

**Despacho conjunto n.º 564/06:**  
Determina o registo a favor do Estado do prédio urbano de carácter definitivo, sito na Província de Benguela, Município do Lobito, Bairro da Capote, Rua Morais de Resende, casa 46, inscrito na Reparação Fiscal do Lobito sob o n.º 4542, em nome de Daniel João e omissa na Conservatória dos Registos da Comarca do Lobito.

**Despacho conjunto n.º 565/06:**  
Determina o registo a favor do Estado do prédio urbano de construção definitiva para quatro moradias, situado na Província de Luanda, Bairro da Terra Nova, Rua das Beiras, n.º 61, inscrito na Reparação de Finanças do 2.º Bairro Fiscal de Luanda sob o n.º 7221 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda sob o n.º 17 845, a folhas 53, verso, do livro B-50, achando-se inscrito por transmissão a folhas 86, verso, do livro G-17, sob o n.º 17 896, em nome de António Francisco Dias.

**Despacho conjunto n.º 566/06:**  
Determina o registo a favor do Estado do prédio urbano sito em Benguela, na Rua Alexandre Herculano, casa 59, rés-do-chão, inscrito na Reparação Fiscal de Benguela sob o n.º 5181 e descrito na Conservatória dos Registos da Comarca de Benguela sob o n.º 3847, a folhas 103 do livro B-17 e inscrito a folhas 164 do livro G-3 sob o n.º 2949, em nome de António Morais Pereira.

**Despacho conjunto n.º 567/06:**  
Determina o registo a favor do Estado do prédio urbano sito em Benguela, Rua Cidade de Macau, Casa n.º 10, rés-do-chão, inscrito na Área Fiscal de Benguela sob o n.º 2924, a favor de António da Conceição Enes e descrito na Conservatória dos Registos da

Comarca de Benguela, a folhas 136 do livro B-17, sob o n.º 3909 e inscrito a folhas 76 do livro G-3, em nome de José Marias Branco de Matos em divisão comum a que procedeu com António da Conceição Enes.

### Ministério das Finanças

**Despacho n.º 568/06:**  
Homologa a dívida de USD 20 000 000,00 contraída pela Cuca-Luanda a Brasseries Internationales Holding (BIH).

## ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 12/06  
de 27 de Dezembro

O Governo submeteu à aprovação da Assembleia Nacional o seu programa geral para o Biénio 2007-2008 em que se destaca o carácter de continuidade relativamente ao Programa Bienal 2005-2006 que se encontra em execução, cujos objectivos nele definidos mantêm válidas as medidas sectoriais das políticas integradas do Governo.

Face ao esforço financeiro empreendido pelo Governo, estão em curso importantes projectos infra-estruturais que compreendem níveis intensivos de execução para o biénio 2007-2008 e que não podem sofrer, sob risco de grandes prejuízos para o País, falhas de continuidade e coerência.

Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 88.º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova a seguinte:

ARTIGO 1.º  
(Aprovação)

É aprovado o Programa Geral do Governo para o Biénio 2007-2008, sendo parte integrante da presente lei.

**ARTIGO 2.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas pela interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

**ARTIGO 3.º**  
(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor a partir do dia 1 de Janeiro de 2007.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 13 de Dezembro de 2006.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Roberto António Victor Francisco de Almeida*.

Promulgada aos 29 de Dezembro de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, José EDUARDO DOS SANTOS.

**PROGRAMA GERAL DO GOVERNO  
PARA O BIÉNIO 2007-2008**

**1 – Introdução:**

O aspecto nuclear a destacar no Programa Geral do Governo – Extensão para o Biénio 2007-2008 relaciona-se com o seu carácter de continuidade, relativamente ao que se encontra em curso de execução (Programa Geral do Governo para o Biénio 2005-2006). O processo de reconstrução económica e melhoria dos parâmetros sociais das condições de vida da população é demorado e complexo, aconselhando a que os resultados positivos alcançados em 2005 (e em perspectiva para 2006) sejam consolidados, por intermédio de um conjunto de acções e de projectos que concorram para a criação de outros fundamentos económicos, para lá da economia mineral. Daí que se justifique a extensão do Programa do Governo por mais dois anos, com a finalidade de dar continuidade aos objectivos superiormente definidos, como sejam o combate à fome e à pobreza e à promoção da estabilidade social.

A metodologia básica de organização e elaboração do Programa Geral do Governo – Extensão 2007-2008 (PGG – Extensão 2007-2008) mantém-se igual a do programa em curso de implementação, uma vez que a integração, sempre que justificada, da acção governativa em Programas Integrados, que se decompõem em programas e estes em subprogramas, parece ter propiciado desfechos muito aceitáveis quanto ao aumento da eficácia dos investimentos públicos. Com efeito, os registos estatísticos sobre a variação real do PIB em 2005 e primeiro trimestre de 2006 – ainda que alicerçados em informações, por enquanto, não definitivas – comprovam que as despesas de investimento público induziram comportamentos reactivos muito interessantes de sectores como a agricultura, a construção e a indústria transformadora, que averbaram taxas de crescimento verdadeiramente expressivas, mesmo nas fracas condições de partida. Os avultados investimentos que o

Governo tem feito na reabilitação das infra-estruturas, associados a políticas económicas de incentivo à diversificação da estrutura produtiva e económica nacional, têm ajudado a criar um ambiente propício ao investimento privado.

A extensão do PGG 2005-2006 para 2007-2008 será também uma via essencial para salvaguardar e garantir a realização, com sucesso, de importantes projectos de reabilitação e construção de infra-estruturas, bem como o avanço na construção de cadeias produtivas prioritárias, como é o caso paradigmático do sector alimentar.

Assim sendo, vale a pena manter inalterada a abordagem metodológica, evitando-a de algumas insuficiências que foram detectadas no decurso do processo de elaboração do programa e enriquecendo-a com ajustamentos que ajudem a melhorar o grau de convergência e complementaridade entre investimentos públicos e privados.

Tratando-se de um programa de continuidade, os objectivos definidos no programa em curso mantêm-se – destacando-se a consolidação da paz e da reconciliação nacional e a constituição de uma economia nacional integrada e auto-sustentada – devendo o Programa Geral do Governo – Extensão 2007-2008 contribuir para que a consciência de nação se solidifique, porque alicerçada em fundamentos económicos e sociais potenciadores de melhores condições de vida. A estratégia de implementação do PGG – Extensão 2007-2008 estabelece um encadeamento lógico e racional de prioridades que deverá convergir para a obtenção dos propósitos governamentais, relativos à consolidação do processo de reconstrução da economia, ao combate à pobreza, à reconciliação nacional e ao aprofundamento da democracia.

Assim, a recuperação da produção nacional – o factor interno incontornável para o aumento do emprego, a intensificação das trocas comerciais dentro do espaço territorial, o reforço das relações inter e intra sectoriais e a melhoria das condições de vida – continua a ser colocada como o núcleo central de articulação do programa, devendo os investimentos públicos e as reformas institucionais e jurídicas concorrerem para a diminuição dos custos de investimento e funcionamento das actividades privadas.

A outra linha de intervenção do «Programa do Governo – Extensão 2007-2008» é a da melhoria das condições sociais da população, que foram dramaticamente desgastadas pelo longo conflito militar. As actuações contempladas em cada programa procuram resultados imediatos – pela via da atenuação de certas carências mais visíveis – e efeitos mais consistentes e duráveis, pela sua interacção com o aumento do emprego induzido pela recuperação dos sectores produtivos.

Dada a sua natureza intercalar, o «Programa Geral do Governo – Extensão 2007-2008» apresenta algumas características específicas, donde se destacam:

- o pragmatismo, a concisão e a simplicidade;
- a operacionalidade;

a articulação com o programa em curso, sendo dele uma extensão;

criação das bases metodológicas e operacionais de articulação com o Plano de Médio Prazo 2009-2013.

A extensão do PGG 2005-2006 para 2007-2008 mantém, de uma forma geral, os objectivos e as grandes reformas contidas no programa em curso. Todavia e sempre que tal se justifique, são introduzidas alterações, complementos ou adaptações, nomeadamente ao nível das metas, medidas de política e investimentos, quer para 2006, quer nas previsões para 2007-2008.

Esta extensão mantém a mesma estrutura programática, mas com alguns ligeiros ajustamentos: i) os subprogramas passaram a ter a designação de Programa Integrado (PI) e os eixos passaram a programas; ii) reforçou-se o carácter inte-

grado dentro de cada PI e perspectivou-se uma maior articulação inter PI; iii) a organização da informação é, para todos os PI, idêntica; iv) em cada programa estão identificadas as metas e acções e os sectores responsáveis pela execução.

No Programa de Investimento Público anexo ao presente PGG estão identificados os diferentes projectos de investimento por ministério e por província.

## 2 — Diagnóstico estratégico:

### 2.1 — Desempenho macroeconómico:

Durante 2005, como é do reconhecimento nacional e internacional, registaram-se mudanças significativas no País, resumidas na mais elevada taxa de crescimento do Produto Interno Bruto depois da independência.

### Comportamento da economia em 2005 (taxas reais de crescimento em percentagem)

Designação	PIB	Petróleo	Diamantes	Agricultura	Transfer.	Construção	Energia	Serv. merc.
Programado .....	16,1	21,4	20,4	15,6	15,0	16,0	13,0	13,5
Realizado .....	20,6	26,0	16,2	17,0	24,9	16,9	19,3	8,5

Fontes: Balanço da execução do Programa Geral do Governo 2005-2006, (ano 2005).

São vários e diferenciados os fundamentos para que em 2005 se tenham registado os desempenhos anteriores. O quadro seguinte apresenta-os de modo sintético.

### Fundamentos da actual situação económica de Angola <sup>(1)</sup>

Variáveis	2004	2005
Taxa crescimento PIB (%) .....	11,3	20,6
Taxa crescimento petróleo (%) .....	13,1	20,6
Taxa crescimento diamantes (%) .....	0,6	16,2
Taxa crescimento construção (%) .....	14,0	16,9
Inflação (%) .....	31,01	18,53
Desvalorização nominal (%) .....	8,3	-5,7
Desvalorização real (%) .....	-14,0	-19,0
Défice fiscal total (%) PIB .....	1,1	8,5
Dívida pública (%) PIB .....	52,3	39,6
Investimento público .....	387,7	850,4
Investimento privado .....	6090,9	6253,8

Variáveis	2004	2005
Preço do petróleo (USD/barril) .....	36,9	49,0
Preço do petróleo internacional (USD/barril) .....	47,6	61,2
Receitas fiscais petrolíferas .....	5495,0	9893,8
Importações FOB .....	5831,8	7408,4
Meses de importação .....	2,8	5,2
Vendas líquidas de divisas .....	2472,2	3481,8
Média mensal de divisas vendidas .....	206,0	290,2
Reservas internacionais líquidas .....	1358,4	3189,4

(1) Valores em milhões de dólares, salvo se expresso de outra forma.

As primeiras estimativas – ainda muito preliminares – para o 1.º trimestre de 2006, sinalizam a manutenção das tendências de crescimento e de melhoria das condições de vida registadas em 2005.

### Comportamento da economia no primeiro trimestre de 2006 <sup>(1)</sup>

Designação	PIB	Petróleo	Diamantes	Agricultura	I. Transf.	Construção	Energia	Serv. merc.
Programado anual .....	15,5	35,3	3,3	18,1	16,5	18,5	15,0	11,4
Realizado 1.º trimestre .....	6,09	5,92	11,43	1,4	10,2	14,65	3,47	9,23

(1) Taxas reais de crescimento em percentagem.

Fontes: Informações enviadas pelos respectivos ministérios e Programa Geral do Governo para o biénio 2005-2006, (página 22).

Do ponto de vista dos suportes macroeconómicos dos comportamentos da economia real no primeiro trimestre, as informações seguintes são esclarecedoras.

#### Elementos macroeconómicos e reais do comportamento da economia no primeiro trimestre de 2006

Designação	Janeiro	Fevereiro	Março	1.º trimestre
Taxa de inflação (%) . . . . .	0,83	0,71	0,79	2,35
Produção petróleo (Mb) . . . . .	43 973,7	39 499,7	44 612,5	128 085,9
Produção diamantes (q) . . . . .	996 864,6	626 268,4	684 047,9	2 307 180,9
Investimento público . . . . .	—	—	—	248,0
Investimento privado . . . . .	—	—	—	—
Preço petróleo . . . . .	58,6	56,4	58,5	57,8
Preço diam. (USD/qui.) . . . . .	119,8	122,5	128,0	123,98
Venda líquida divisas . . . . .	442,8	365,0	441,2	1 249,0
Reservas inter. líquidas . . . . .	3 373,2	4 426,1	4 471,0	4 471,0
Crédito à economia . . . . .	1 819,6	2 028,4	2 123,5	2 123,5
Crédito sector privado . . . . .	1 729,9	1 935,8	2 043,1	2 043,1
Dep. prazo (em moeda nacional) . . . . .	185,6	233,6	230,5	230,5

Fontes: Documentação proveniente do Banco Nacional de Angola, Ministérios do Planeamento, dos Petróleos, da Geologia e Minas e outros ministérios para o cálculo do investimento privado.

(1) Valores em milhões de dólares, salvo indicação em contrário.

Ainda que tenham sido introduzidos ajustamentos e correcções em algumas variáveis fundamentais para o crescimento económico global, é provável que o Produto Interno Bruto se situe em torno dos 40,7 mil milhões de dólares (PIB nominal em mil milhões de Kwanzas de 3225,8), a que poderá corresponder um rendimento médio por habitante de mais de USD 2547,00.

#### Projeção do PIB para 2006 <sup>(1)</sup>

Sectores económicos	Estrutura sectorial (%)	Valores em milhares USD
Agricultura, silvicultura, pescas. . . . .	8,59	34 437 758,7
Petróleo e refinados. . . . .	57,0	22 851 598,4
Diamantes e outros. . . . .	2,3	922 082,0
Indústria transformadora . . . . .	4,6	1 844 164,0
Energia eléctrica e água . . . . .	0,4	160 362,1
Obras públicas e construção . . . . .	5,1	2 044 616,1
Comércio, bancos, seguros, serviços. . . . .	13,6	5 452 311,0
Outros. . . . .	8,4	3 367 603,8
<b>Produto Interno Bruto. . . . .</b>	<b>100,8</b>	<b>40 086 512,6</b>
Produto Interno Bruto não petrolífero. . . . .	43	17 238 924,3
População . . . . .	—	15 740 064,0
PIB por habitante (dólares) . . . . .	—	2 547,0

(1) Na óptica da oferta.

Como oportunidades gerais para o crescimento económico em 2007-2008 destacam-se:

- a paz e o processo de reconciliação nacional em curso;
- a consolidação do processo de estabilização macroeconómica;
- as excelentes performances obtidas em 2005 e a atracção do investimento privado pelo País;
- o programa de reinfra-estruturação do País em execução;
- o relativo reequilíbrio populacional no território nacional;
- a melhoria significativa da situação das finanças públicas;
- a disponibilidade de linhas de crédito;
- a criação do Banco de Desenvolvimento de Angola;
- início de funcionamento do mercado de capitais e bolsa de valores.

Prevalecem, no entanto, algumas ameaças ao processo de reconstrução, tais como a volatilidade dos preços do petróleo, a criação da Zona de Livre Comércio na SADC (que pode, também, ser vista como uma oportunidade, em particular, para os sectores de actividade mais dinâmicos e competitivos), a taxa de pobreza da população – apesar da provável redução ocorrida em 2005, ainda apresenta valores bastante aquém das metas do milénio – e a falta de um sistema integrado de transportes internos.

## 2.2 – Desempenho da economia real:

### 2.2.1 – Agricultura e desenvolvimento rural:

Desde 2002 que as culturas alimentares de base têm sido as de maior dinâmica no sector agrícola, como consequência da conjugação da reposição da administração do Estado em todo o território nacional – essencial para a organização e programação das intervenções institucionais – e ao regresso das populações deslocadas.

A produção pecuária – constituída pelos diversos tipos de carne, leite, ovos e derivados da pele animal – tem-se defrontado com dificuldades várias, de onde ressaltam os elevados custos de produção, a carência de trabalhos de investigação científica, a falta de matérias-primas para a produção de rações e a privação de equipamentos industriais que facilitem a sua actividade e melhorem a correspondente produtividade.

A actividade florestal apresenta uma grande sensibilidade, dada a sua ligação às questões ambientais, designadamente a conservação dos solos, da água e da biodiversidade e à circunstância de ser um complemento importante da actividade produtiva do meio rural (fonte de energia e de materiais de construção).

Ainda assim, a agricultura – na sua designação lata – cresceu em 2005 cerca de 17%.



## Variáveis de referência

Designação	Taxa de crescimento (%)	Investimento privado (milhões USD)	Investimento público (milhões USD)	Emprego (milhares)
Resultados em 2005. ....	17,0	11,4	79,9	4709,1
Resultados do 1.º trimestre de 2006. ....	-1,40	n.d.	16,2	n.d.

Relativamente ao enquadramento estratégico para o período da extensão do Programa Geral do Governo, podem identificar-se os aspectos seguintes:

## Enquadramento estratégico para 2007-2008

Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Retorno da população Boas condições de sanidade animal Boas condições de cultivo Solos de boa qualidade.	Distorção do mercado Inexistência de comércio rural Falta de crédito rural Elevada taxa de analfabetismo Acessibilidades ainda limitadas	Banco de Desenvolvimento de Angola Programa de reinfra-estruturação em curso Recuperação da economia Integração na SADC Reactivação do processo de alfabetização Dinamização do comércio e crédito rural	Integração na SADC Baixo volume de investimento privado no sector Distorção dos circuitos de distribuição

## 2.2.2 — Pescas:

As aplicações de capital previstas em meios de captura, em rede de frio e infra-estruturas portuárias não foram efectuadas por dificuldades várias e atrasos burocráticos na disponibilização de algumas linhas de crédito. Do mesmo modo, a formação bruta de capital fixo estabelecida para a

componente da indústria transformadora não teve conclusão compaginável com os objectivos que se tinham definido.

Dá que o desempenho económico deste sector de actividade tenha sido muito modesto: -16,3% nas capturas e -2,8% na transformação. O primeiro trimestre de 2006 parece dar sinais de inversão do comportamento de 2005, tendo-se registado uma taxa de crescimento das capturas de 3,4%.

## Variáveis de referência

Designação	Taxa de crescimento (%)		Investimento privado (milhões USD)	Investimento público (milhões USD)	Emprego (milhares)
	Capturado	Transformado			
Resultados em 2005. ....	-16,3	-2,76	n.d.	3,6	31,5
Resultados do 1.º trimestre de 2006. ....	3,4	n.d.	n.d.	14,8	10,3

Relativamente ao enquadramento estratégico para o período da extensão do Programa Geral do Governo, podem identificar-se os aspectos seguintes:

## Enquadramento estratégico para 2007-2008

Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Abundantes recursos pelágicos Tradição de pesca e de transformação Existência de hábitos alimentares, consumo peixe	Falta de infra-estruturas de desembarque Escassos meios de captura Obsolescência tecnológica Falta de meios de fiscalização marítima Falta de infra-estruturas de construção e manutenção de equipamentos de pesca Deficiente gestão empresarial	Banco de Desenvolvimento de Angola Reinfra-estruturação em curso Recuperação da economia Privilégio aos angolanos na concessão de licenças de pesca Integração na SADC Início de funcionamento do mercado de capitais e da bolsa de valores	Integração na SADC Sobre-exploração de alguns recursos plágicos Exploração não sustentável dos recursos Diminuição por outras vias, como climáticas e ambientais, do manancial de recursos

**2.2.3 — Indústria transformadora:**

A indústria transformadora tem vindo a apresentar sinais de recuperação, simbolizados na elevada taxa de crescimento registada em 2005 e 1.º trimestre de 2006. A produção de

bebidas tem sido a que mais cresce no sector, sendo a sua representatividade média na estrutura da indústria transformadora de 48%. A produção alimentar secundária de bebidas com um peso percentual de 34%.

**Variáveis de referência**

Designação	Taxa de crescimento (%)	Investimento privado (milhões USD)	Investimento público (milhões USD)	Emprego (milhares)
Resultados em 2005. ....	24,9	83,1	0,920	3,5
Resultados do 1.º trimestre de 2006. ....	10,7	n.d.	—	n.d.

O quadro seguinte mostra, numa forma sintética, o diagnóstico estratégico deste sector de actividade.

**Enquadramento estratégico para 2007-2008**

Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Existência de matérias-primas e produtos de base de origem nacional Tradição industrial em certos sectores de actividade Existência de fontes internas de energia e água	Baixa qualificação dos trabalhadores Falta de perspectiva estratégica no domínio empresarial Obsolescência tecnológica Falta de mecanismos de garantias financeiras Deficiente gestão empresarial	Reinfra-estruturação em curso Recuperação da economia Parcerias empresariais no âmbito das linhas de crédito Integração na SADC Mercado interno em crescimento Criação do Banco de Desenvolvimento de Angola	Falta de infra-estruturas e de vias de comunicação Integração na SADC Deficiente fornecimento de electricidade e água Taxa de pobreza

**2.2.4 — Energia e água:**

Trata-se de um sector de actividade com preponderância na economia nacional e em particular nos programas de relançamento do sector produtivo e de melhoria dos serviços sociais que fazem parte deste Programa Geral do Governo.

Desde 2004, que a produção e distribuição de electricidade tem aumentado regularmente, melhorando os índices de funcionamento da actividade de produção empresarial e de consumo das famílias. A performance do sector em 2005 estabeleceu-se acima do programado, tendo a produção total de electricidade aumentado cerca de 17,4%.

**Variáveis de referência**

Designação	Taxa de crescimento (%)	Investimento privado (milhões USD)	Investimento público (milhões USD)	Emprego (milhares)
Resultados em 2005. ....	17,4	n.d.	44,4	n.d.
Resultados do 1.º trimestre de 2006. ....	3,47	n.d.	20,9	n.d.

O quadro seguinte mostra, numa forma sintética, o diagnóstico estratégico deste sector de actividade.

**Enquadramento estratégico para 2007-2008**

Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaça
Excelentes condições naturais Recursos abundantes e energéticos abundantes e diversificados	Baixa qualificação dos trabalhadores Baixa taxa de investimento Obsolescência tecnológica Fraca capacidade tecnológica Mau estado das redes de transporte e distribuição	Reinfra-estruturação em curso Recuperação da economia Integração na SADC Melhoria das condições de vida	Preços distorcidos Perdas de eficiência no transporte e distribuição Desvios ilegais a nível do consumidor

**2.2.5 — Obras públicas e construção:**

É outro dos sectores-chave para o relançamento da economia nacional e a melhoria das condições de vida das populações.

Trata-se de um sector com características específicas para a geração de emprego em volumes apreciáveis, ainda que não de natureza permanente. Espera-se que em 2006 este sector de actividade seja um importante veículo para a redução da taxa de desemprego, prevendo-se que só a execução de empreitadas afectas ao Ministério das Obras

Públicas possa criar cerca de 24 mil postos de trabalho. Por outro lado, estima-se que as 1700 empresas registadas na Comissão Nacional de Inscrição e Classificação dos Projectistas, Industriais de Construção Civil, Empreiteiros de Obras Públicas e Fornecedores de Obras empreguem à volta de 172 mil trabalhadores.

A taxa de crescimento registada em 2005 foi da ordem dos 17% e durante o primeiro trimestre de 2006 a actividade de construção anotou uma variação percentual de 12,3%, o que prenuncia um excelente comportamento para o corrente ano.

**Variáveis de referência**

Designação	Taxa de crescimento (%)	Investimento privado (milhões USD)	Investimento público (milhões USD)	Emprego (milhares)
Resultados em 2005 .....	16,9	234,6	205,6	172,1
Resultados do 1.º trimestre de 2006 .....	14,65	n.d.	100,7	n.d.

O quadro seguinte mostra, numa forma sintética, o diagnóstico estratégico deste sector de actividade.

**Enquadramento estratégico para 2007-2008**

Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Excelentes condições naturais Recursos abundantes e diversificados	Baixa qualificação dos trabalhadores Baixa taxa de investimento Obsolescência tecnológica Fracca capacidade tecnológica Falta de uma indústria de materiais de construção	Reinfra-estruturação em curso Recuperação da economia Integração na SADC Melhoria das condições de vida Início de funcionamento do mercado de capitais e da bolsa de valores	Ausência de concorrência efectiva Preços distorcidos de materiais de construção

**2.2.6 — Petróleo:**

A extracção petrolífera tem sido a base das receitas fiscais petrolíferas do País e a sua actividade tem-se apresen-

tado com bons níveis de execução. A produção aumentou, em 2005, 26% e no primeiro trimestre de 2006, cerca de 6%, esperando-se que durante o corrente ano possa incrementar-se em 21,2%.

**Variáveis de referência**

Designação	Taxa de crescimento (%)	Investimento privado (milhões USD)	Investimento público (milhões USD)	Emprego (milhares)
Resultados em 2005 .....	26,0	4 504	384,3	12,3
Resultados do 1.º trimestre de 2006 .....	5,92	n.d.	183	n.d.

O quadro seguinte mostra, numa forma sintética, o diagnóstico estratégico deste sector de actividade.

**Enquadramento estratégico para 2007-2008**

Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Excelentes condições naturais Abundantes recursos em petróleo e gás natural	Impactos ambientais negativos	Reinfra-estruturação em curso Recuperação da economia Integração na SADC Melhoria das condições de vida Conjuntura política e económica internacional Construção do cluster «petróleo e gás natural» Início de funcionamento do mercado de capitais e da bolsa de valores	Conjuntura política e económica internacional Volatilidade dos preços e potencial queda a longo prazo Não diversificação da economia

**2.2.7 — Diamantes e outras extractivas:**

Trata-se de um sector que tem registado uma grande expansão nos últimos anos e dos que mais directamente beneficiou com as condições de paz depois de 2002. Atravessa uma excelente fase de reestruturação e reorgani-

zação, em que a maximização do valor acrescentado interno é um dos principais objectivos estratégicos.

As informações mais relevantes quanto a sua actividade recente estão plasmadas no quadro seguinte:

**Variáveis de referência**

Designação	Taxa de crescimento (%)	Investimento privado (milhões USD)	Investimento público (milhões USD)	Emprego (milhares)
Resultados em 2005. ....	16,2	946,2	n.d.	39,8
Resultados do 1.º trimestre de 2006. ....	11,43	n.d.	n.d.	n.d.

O quadro seguinte mostra, numa forma sintética, o diagnóstico estratégico deste sector de actividade.

**Enquadramento estratégico para 2007-2008**

Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Excelentes condições naturais Tradição e valor do diamante de Angola Posição forte no contexto mundial e regional do diamante	Falta de cobertura e conhecimento geológico do País Degradação do meio ambiente Ausência de recursos humanos qualificados Escassas infra-estruturas geológicas	Reinfra-estruturação em curso Recuperação da economia Integração na SADC Conjuntura política e económica internacional Valorização do diamante de Angola no mercado mundial Possibilidade de construir uma fileira do diamante Possibilidade de valorização de outros recursos minerais Início de funcionamento do mercado de capitais e da bolsa de valores	Conjuntura política e económica internacional Incidência das actividades informais Tráfico ilícito de diamantes Reduzido valor acrescentado nacional à exploração de recursos minerais

**2.2.8 — Comércio, turismo, transportes, comunicações, bancos e seguros:**

Trata-se de um conjunto de actividades que tem beneficiado amplamente com os resultados da estabilização macroeconómica, com o favorável clima de negócios e com os investimentos públicos na reconstrução das infra-estru-

turas. Por isso, o seu desempenho tem sido bastante positivo, tendo registado em 2005 uma taxa de crescimento de 8,5%. É uma rede de actividades económicas com grandes potencialidades em matéria de criação de emprego e multiplicação de rendimentos, muito embora as actividades formais se sintam ameaçadas pela ainda forte prevalência da informalidade.

**Variáveis de referência**

Designação	Taxa de crescimento (%)	Investimento privado (milhões USD)	Investimento público (milhões USD)	Emprego (milhares)
Resultados em 2005. ....	8,5	116,5	25,8	128,6
Resultados do 1.º trimestre de 2006. ....	9,23	n.d.	5 (*)	n.d.

(\*) Dados referentes aos sectores dos correios, telecomunicações e transportes.

Os serviços mercantis – designação deste conjunto de actividades nas Contas Nacionais – tem vindo a manter a sua representatividade relativa na estrutura do PIB em cerca de 15%.

A nível de sector de actividade constata-se o seguinte:

no sector dos transportes ocorreram as seguintes variações em 2005:

um incremento de 8,6% no número de passageiros transportados em autocarros e táxis colectivos;  
aumento apreciável na carga transportada por meios rodoviários, estimado em redor dos 80%;  
variações expressivas no movimento portuário de carga, que se podem condensar numa taxa média em redor dos 45%;



alterações significativas no movimento aéreo de passageiros e carga.

No domínio do comércio notou-se um aumento do número de estabelecimentos licenciados, traduzido numa taxa média de variação de 22%. Os registos provisórios disponíveis para 2006, nomeadamente para o primeiro trimestre, dão conta de uma relativa retracção no movimento de licenciamento de novas actividades comerciais.

Quanto à hotelaria e turismo a sua actividade tem-se caracterizado por uma forte dinâmica de crescimento, correspondendo, afinal, à movimentação geral da nossa economia. Estima-se que a taxa média de crescimento da actividade deste sector se tenha estabelecido em torno de 8%.

As telecomunicações são um dos sectores que mais tem crescido no País, sendo de esperar que semelhante comportamento continue a ocorrer em 2006.

A actividade bancária e seguradora é outra que no domínio dos serviços mercantis apresenta comportamentos muito positivos de crescimento.

### 2.3 — Sectores sociais:

A melhoria das condições de vida da população angolana nos últimos anos, é o reflexo não só da aceleração do desenvolvimento económico, mas igualmente das políticas sociais, designadamente das que vêm sendo implementadas no âmbito do PGG 2005-2006.

No sector educativo regista-se que, no final de 2005, a população escolar terá atingido cerca de 4,9 milhões de alunos, mais 1,5 milhões (47%) do que em 2003. Esta evolução está bem retratada no comportamento das taxas brutas de escolaridade, que sobem a 193% na iniciação, 182% no ensino primário, 43% no ensino secundário e 3,4% no ensino superior.

Complementarmente ao sistema escolar, também a formação profissional vem registando uma apreciável expansão. Em 2005 existiam 282 centros de formação (público e privados), isto é, mais 55 (24%) do que em 2003. A correspondente capacidade formativa nacional aumentou 34%, situando-se agora em 23 milhares.

No sistema de saúde registam-se progressos no combate a algumas endemias, apesar dos surtos de *marburg* e cólera verificados em 2005 e no corrente ano, mas que se encontram em fase de erradicação ou regressão. A malária, cujo novo tratamento está em fase de implementação, continua a mobilizar 35% dos cuidados intensivos e 20% dos internamentos hospitalares, sendo responsável por 40% dos óbitos perinatais e 25% da mortalidade materna. É de assinalar o avanço verificado, nos últimos três anos, na luta contra a lepra, que pode ser considerada erradicada em Angola (0,9% por 10 mil habitantes). Todavia, em 2005 há a regis-

tar um crescimento dos níveis de prevalência e de morbidade das doenças respiratórias e diarreicas agudas e da tuberculose, o que, para além da malária, deverão ser objecto de intervenções particulares nos próximos anos. A morbidade causada pelo HIV/SIDA revela sinais de abrandamento. Também, há a sublinhar o grande esforço na cobertura vacinal, sendo previsível a erradicação da pólio, a curto prazo, apesar do ressurgimento do vírus selvagem em algumas províncias.

Na assistência e reinserção social, há a destacar que, após 2002, foram reassentados 4,3 milhões de cidadãos, havendo quatro províncias (Huambo, Benguela, Cuanza-Sul e Cuando Cubango) que absorveram 42% do total. No quadro do Programa de Repatriamento Organizado e Voluntário, regressaram ao País, nos últimos quatro anos (2002-2005), cerca de 361 milhares de cidadãos. Até final de 2005, foram reunificados/colocados cerca de 51,7 mil crianças (86% do número previsto), havendo ainda a registar 52,8 mil crianças reunificadas/colocadas em famílias biológicas (88% do previsto). Aproximadamente 52,7 mil crianças estão enquadradas em instituições de assistência e protecção. Em 2005, foram aprovados 72 projectos integrantes do Projecto Geral de Desmobilização e Reintegração, dos quais 52 estavam em implementação no final de 2005, abrangendo 41 753 beneficiários em 14 províncias do País. Os restantes projectos encontravam-se em fase de contratação.

No apoio aos antigos combatentes e veteranos de guerra, há a referir o alargamento do recenseamento abrangido pela Lei n.º 13/02, de 15 de Outubro, tendo sido atingido o número de 122 366 indivíduos, bem como o recenseamento de mais de 750 deficientes de guerra. Em 2005 e no 1.º trimestre de 2006 cerca de 6700 deficientes de guerra foram abrangidos por acções de formação profissional e aproximadamente 3000 indivíduos por iniciativas de construção e auto-construção de habitação.

Entre 2003 e 2005, ao nível da desminagem, dos cerca de 4550 campos de minas identificados, 38% foram já limpos, foi reconhecida uma área de 23,7 mil km<sup>2</sup> e 12,3 mil km de estradas foram limpos, destruídas 22,7 mil minas anti-pessoal e 1,9 mil anti-tanque e destruídos 96,6 milhões de engenhos não detonados. Cerca de 62% da área minada está ainda por desminar.

A situação da habitação e urbanismo caracteriza-se por níveis ainda bastante insuficientes de satisfação. O défice habitacional actual está estimado em cerca de 878 mil habitações (cerca de 60% do parque existente). Para além da degradação ou destruição do parque habitacional e deterioração dos sistemas de abastecimento de água potável e de

energia eléctrica, o sector enfrenta problemas e constrangimentos ao nível do desvio ilícito de água e energia eléctrica e de preços distorcidos face aos custos de exploração, bem como uma acentuada carência de recursos humanos qualificados. A aprovação de legislação, fundamental e complementar, relativa às políticas de habitação e de ordenamento do território e urbanismo são passos decisivos para a ultrapassagem da presente situação.

A cultura angolana é africana e exprime-se nos seus valores materiais e imateriais que constituem o património cultural do povo angolano. Os nossos sistemas de valores multiculturais, profundamente enraizados na alma das diversas comunidades que constituem o povo angolano representam o essencial da nossa identidade, devendo por isso ser estudados, divulgados e valorizados, de modo a serem conhecidos no País e no mundo e fazerem parte do conjunto de desafios estratégicos, no âmbito da nossa luta para o progresso e integração universal. Por isso, impõe-se

a criação das infra-estruturas necessárias para todas as áreas e a formação adequada dos recursos humanos.

Apesar das dificuldades nos planos técnico, financeiro e de pessoal qualificado, há a registar uma nova dinâmica no sector da comunicação social, expressa, por exemplo, na extensão a quase todo o território do sinal da rádio e televisão, bem como a criação do curso superior de comunicação social e a aprovação da Lei de Imprensa.

### 3 – Ajustamento das metas para 2006:

A extensão do Programa Geral do Governo para 2007-2008 baseou-se num conjunto amplo de informações sectoriais que permitiram analisar o comportamento da economia nacional no primeiro trimestre do corrente ano e conhecer as expectativas até ao final do ano, donde decorreu um ajustamento nas respectivas metas relativamente ao que constava do Programa Geral do Governo 2005-2006.

#### Reajustamento das metas de crescimento para 2006

(valores em %)

Designação	PIB	Património	Diamantes e outras	Agricultura	Pesca	Indústria transformadora	Obras públicas e construção	Energia e água	Serviços mercantis
Novas metas ... ..	19,5	21,2	41,7	-12,3	5,0	30,7	66,2	28,3	15,8
Realizado 1.º trimestre (1) ... ..	6,09	5,92	11,43	-1,40	3,4	10,2	14,65	3,47	9,23

(1) Variações não homólogas em relação a 2005, correspondendo somente a um trimestre.

A taxa global de crescimento do PIB foi calculada com base na hipótese de que a actividade do Estado – registada nas Contas Nacionais como serviços não mercantis – pode crescer 10% durante o corrente ano. Atendendo às taxas de crescimento sectoriais reajustadas, pode prever-se que a economia não petrolífera variará, em 2006, cerca de 17,2%, contra 21,2% da actividade de extração de petróleo.

### 4 – Quadro macroeconómico geral:

O quadro macroeconómico para o biénio 2007-2008 consta da tabela seguinte:

#### Quadro macroeconómico previsto para o biénio 2007-2008

Variáveis	2006	2007	2008
Inflação anual ... ..	10,0	10,0	8,0
Produção petróleo (milhões de barris)...	551,4	736,7	835,6
Preço médio do barril (USD) ... ..	56,0	50,0	45,0
Taxa crescimento petróleo ... ..	21,2	33,6	13,4
Taxa crescimento diamantes ... ..	41,7	20,2	9,6
Taxa crescimento não petrolífero ... ..	17,2	27,9	19,5
PIB nominal (mil milhões Kz) ... ..	3 225,4	4 483,3	5 479,7
Taxa crescimento do PIB ... ..	19,5	31,2	15,9

Nota: Em economias nas quais o Valor Acrescentado Global depende de sectores fortemente tributários do comportamento da conjuntura internacional, os valores que as macro-variáveis assumem estão sujeitos a variações inesperadas, ditadas pela incerteza que rodeia a estimativa do seu comportamento provável.

### 5 – Objectivos gerais e específicos:

O Programa Geral do Governo 2005-2006 definiu um conjunto de objectivos gerais e específicos tendentes a lançar o País numa rota de crescimento económico com valorização social, de modo a que Angola «se transforme num País próspero, moderno, sem pobres e com um nível de desenvolvimento científico e técnico-cultural elevado».

Os esforços de reconstrução económica, desencadeados no decurso de 2005, no âmbito do Programa Geral do Governo 2005-2006, resultaram na constituição de novas bases materiais e sociais para o desenvolvimento sustentado e o combate à pobreza. No domínio das infra-estruturas económicas e sociais, o Estado investiu cerca de 850 milhões de dólares, o que contribuiu para melhorar as condições de rentabilidade dos investimentos privados e aumentar as condições de atractividade da economia nacional.

No contexto dos três grandes objectivos fundamentais definidos pelo Governo – a Estabilidade Macroeconómica, a Reabilitação e Expansão das Infra-Estruturas e o Aumento da Produção Interna através da instalação de várias unidades fabris para acelerar a reconstrução, reduzindo a importação dos materiais e aumentando a oferta de bens essenciais de

consumo – os domínios de intervenção prioritários durante o biénio 2007-2008 serão os seguintes:

consolidação da estabilidade macroeconómica, enquanto quadro de referência fundamental para as decisões económicas e a afirmação da imagem externa do País;

reorganização das redes de distribuição, quer no domínio dos serviços infra-estruturais – energia e água – quer na vertente dos produtos acabados, melhorando-se, deste modo, as condições de circulação de mercadorias e maximizando-se as condições de oferta nas províncias;

realização de uma política social adequada, tendente a melhorar as condições de vida da generalidade da população;

lançamento das indústrias de apoio à reconstrução nacional, procurando-se maximizar o investimento privado, não só pela vertente dos investimentos públicos estruturantes, mas pela concentração das actividades produtivas nos pólos de desenvolvimento industrial, alguns dos quais foram já definidos e estudados em 2006;

expansão das cadeias produtivas, sobretudo para aquelas que concorram para a produção de bens essenciais de consumo, com particular destaque para a cadeia alimentar, inserindo-se, portanto, no propósito de combater a fome e reduzir a pobreza;

manutenção e exploração eficiente das infra-estruturas, a par da continuação dos esforços de reabilitação e alguma expansão/modernização das infra-estruturas destruídas durante a guerra.

Os objectivos definidos no Programa Geral do Governo para 2005-2006 mantêm-se actuais, esperando-se que saiam reforçados, em termos da concretização das metas associadas, até 2008.

### 5.1 — Objectivos gerais:

O Programa Geral do Governo para o biénio 2007-2008 assume os seguintes objectivos gerais:

consolidação da paz e da reconciliação nacional;  
edificação das bases para a construção de uma economia nacional integrada e auto-sustentada;  
restabelecimento da administração central do Estado em todo o território nacional;  
desenvolvimento dos recursos humanos;  
desenvolvimento harmonioso do território;  
consolidação do processo democrático.

### 5.2 — Objectivos específicos:

Em consonância com os objectivos gerais definidos, o Programa Geral do Governo para o biénio 2007-2008, prosseguirá os seguintes objectivos específicos:

continuação da reintegração social e produtiva dos desmobilizados e pessoas deslocadas durante a guerra;

melhoria da prestação dos serviços sociais básicos e promoção da harmonia social;

consolidação do processo de estabilização macroeconómica, garantindo-se a estabilidade monetária e cambial e a redução da inflação;

reabilitação das infra-estruturas;

diversificação e aumento da produção interna de bens e serviços;

revitalização da economia rural e restabelecimento dos circuitos económicos e comerciais em todo o território nacional;

erradicação ou redução significativa da fome e da miséria;

apoio ao desenvolvimento do sector privado;

aumento do nível geral de emprego e melhoria progressiva da remuneração do trabalho;

aprofundamento da reforma da administração pública, do sistema financeiro e do sistema de justiça;

execução célere da reforma do sistema de educação e ensino;

distribuição equilibrada do rendimento nacional e eliminação das assimetrias regionais;

prosseguimento da reforma da comunicação social;

reforço da capacidade institucional e técnico-material dos meios de comunicação social;

continuação dos esforços de criação das condições materiais e técnicas para a realização das eleições gerais.

## 6 — Metas globais e sectoriais para o biénio 2007-2008:

### 6.1 — Metas da economia real:

#### 6.1.1 — Produto Interno Bruto (PIB):

São as seguintes as metas para os sectores produtivos da economia nacional:

**Taxas reais de crescimento dos sectores (%)**

Sectores	2007	2008
Agricultura .....	24,7	26,6
Pescas e derivados .....	9,7	33,0
Petróleo .....	33,6	13,4
Diamantes e outras extractivas.....	20,2	9,6
Indústria transformadora.....	48,0	55,3
Energia e água .....	26,7	12,5
Obras públicas e construção .....	76,8	10,6
Serviços mercantis .....	14,7	12,5
Serviços não mercantis .....	4,6	5,1
Produto Interno Bruto .....	31,2	15,9

**6.1.2 — Emprego:**

A variável emprego é uma das mais fundamentais para o processo de geração de rendimento e de reconciliação nacional, pelo que se afigura importante estabelecer metas sectoriais concretas necessárias para se monitorar o fenómeno da pobreza.

**Criação de emprego**

Sectores	2007	2008
Agricultura .....	72 338	206 117
Pescas e derivados .....	79 120	125 380
Petróleo .....	953	758
Diamantes .....	1 582	2 923
Indústria transformadora.....	16 900	21 100
Obras públicas e construção .....	60 393	26 438
Serviços mercantis .....	26 536	87 304
Serviços não mercantis .....	10 240	16 650

**6.1.3 — Investimento:**

Nesta variável macroeconómica conjugam-se os investimentos públicos e os investimentos privados.

De acordo com as informações recolhidas, o investimento apresentará a seguinte distribuição sectorial:

**Investimentos**

(milhões de USD)

Sectores	2007		2008	
	Investimento público	Investimento privado	Investimento público	Investimento privado
Agricultura .....	163,17	161,0	85,88	272,6
Pescas e derivados .....	420,03	nd	—	nd
Petróleo (*) .....	—	13 144,3	—	15 773,2
Diamant. outras extract. ..	2,91	264,4	2,89	238,0
Indústria transformadora ..	22,15	315,7	4,92	408,6
Energia e água .....	715,39	nd	274,89	nd
Obras púb. construção ...	2 501,15	460,9	1 065,98	386,0
Serviços mercantis .....	466,61	173,4	733,53	176,3
Serviços não mercantis.....	2 226,52	nd	796,82	nd
<b>Total .....</b>	<b>6 517,93</b>	<b>14 519,70</b>	<b>2 964,91</b>	<b>17 254,10</b>

(\*) Investimento público empresarial.

**6.2 — Metas orçamentais:**

As metas orçamentais para o biénio 2007-2008, que em grande medida sinalizam a coerência da política fiscal face

aos objectivos de estabilização macroeconómica definidos, são apresentadas no quadro seguinte:

Indicador	2007	2008
Receitas fiscais (% do PIB).....	37,5	36,5
Despesas fiscais (% do PIB) .....	40,8	36,1
Saldo global das contas do Governo na base de compromisso (% do PIB) .....	-3,3	0,4
Saldo primário (% do PIB) .....	13,4	16,7

**6.3 — Metas monetárias:**

Indicador	2007	2008
Taxa de inflação (%) .....	10	8
Varição das reservas internacionais líquidas (milhões de USD), + aumento, - perdas .....	4 212,3	1 561,7

**6.4 — Metas do comércio externo:**

Indicador	2007	2008
Crescimento das exportações (%) .....	32,7	13,1
Crescimento das importações (%).....	28,6	14,0
Saldo da conta corrente da balança de pagamentos (% do PIB) .....	9,5	3,4

**6.5 — Metas sociais:**

A função social do Estado continuará a ser evidenciada na garantia do acesso generalizado da população aos serviços sociais essenciais e, desta forma, tornar os cidadãos menos vulneráveis. Sendo o desenvolvimento humano fortemente tributário da melhoria de indicadores sociais, o seu alcance passa por atingir metas concretas nos domínios que se apresentam no quadro seguinte:

**Indicadores sociais: metas globais**

Indicador	2007	2008
<b>Educação: Taxa bruta de escolarização (%) (*)</b>		
Iniciação .....	184	180
Ensino primário .....	170	163
Ensino secundário .....	31,8	33,7
Ensino superior .....	3	3,5
<b>Saúde:</b>		
Reduzir a taxa de mortalidade das crianças menores de 5 anos (%) .....	18	15
Reduzir a taxa de desnutrição das crianças menores de 5 anos (%) .....	12	10
Reduzir a mortalidade entre as mulheres com complicação obstétrica (%) .....	30	30
<b>Género:</b>		
Garantir a participação feminina em cargos de destaque (%) .....	30	30
Reforçar a qualific. profis. das mulheres (%) .....	30	80
<b>Juventude:</b>		
Redução do clima de intolerância entre os jovens (n.º beneficiários) .....	2500 000	2500 000
Cooperação entre jovens (n.º beneficiários) .....	30 000	30 000
<b>Desporto:</b>		
Desporto para todos (n.º beneficiários) .....	40 000	40 000
Desporto na escola e universidade (n.º beneficiários) .....	—	—
Desporto p/ portadores de deficiência (n.º benefic.) .....	1000	1500
<b>Cultura:</b>		
Aumentar o número de utilizadores das instituições culturais (%) .....	5	5

(\*) Razão de valor global de pessoas em idade escolar regular e não regular



## Assistência social: Metas a atingir no final de 2008

Êtnas	Ações	Beneficiários
Crianças e adolescentes	Programas infantis comunitários .....	90 000
	Reunificação e colocação nas famílias .....	60 000
	Melhoramento do nível nutricional de crianças entre 0 e 2 anos em novas mães .....	2 000
	Colocação de crianças em novas famílias .....	15 000
	Assistência a crianças de e na rua .....	2 800
	Capacitação de técnicos sociais especializados em delinquência e recuperação de menores .....	3 500
Assistência e promoção social	Assistir pessoas em situação de vulnerabilidade .....	1 500 000
	Reintegrar e promover a auto-sustentabilidade de famílias .....	360 884
	Assistência social a pessoas idosas internadas .....	Nos lares (1566) e nas comunidades (190 242)
	Apetrechar lares de atendimento a pessoas idosas .....	8
	Garantir a ocupação de tempos livres a pessoas idosas .....	190 240
	Integração de angolanos refugiados .....	13 000
Portadores de deficiência	Reabilitar e integrar pessoas portadoras de deficiência .....	11 700
	Reabilitar integralmente pessoas portadoras de deficiência e suas famílias .....	2 500
Reintegração social dos ex-militares		131 547
Desmunagem	Constituição de 44 brigadas de sapadores para desminar as vias ferroviárias, redoviárias, linhas de transportação de energia, fontes de água, áreas agrícolas e objectivos económicos estratégicos .....	Todas as zonas com infra-estruturas minadas e de grande concentração populacional
	Área limpa .....	54 000 Km²

## 7 — Programas e subprogramas:

## 7.1 — Programa Integrado de relançamento da actividade económica:

## 7.1.1 — Âmbito do Programa Integrado:

O Programa Integrado de Relançamento da Actividade Económica constitui um dos vectores essenciais da intervenção pública para o biénio 2007-2008, em virtude do contributo que deverá dar para alcançar os objectivos fixados pelo Governo. Concretamente, dependerá do êxito deste programa a possibilidade de atingir, de forma directa, o objectivo geral designado por «A Reabilitação e a Reconstrução Económica» e, de forma indirecta, os objectivos gerais «A Melhoria do Bem Estar da População...» e «Desenvolvimento Harmonioso do Território». Neste contexto há que dar prioridade, em termos de afectação de recursos, aos domínios que mais contribuem para os alcançar, e que são, por um lado, as infra-estruturas básicas de apoio ao progresso económico, cuja incidência social é também bastante significativa e, por outro, as actividades económicas que produzem e colocam no mercado bens essenciais.

Com este Programa pretende-se assegurar a coordenação e convergência dos investimentos públicos e privados, quer na vertente infra-estruturas básicas de apoio ao processo produtivo, quer os directamente ligados à produção. A estruturação das diferentes intervenções que contribuem para o mesmo resultado é também importante, porque facilita e potencia uma maior operacionalidade na coordenação, implementação e gestão do Programa

Integrado de Relançamento da Actividade Económica. O âmbito e estrutura deste Programa é o seguinte:

Programa de reabilitação e construção das infra-estruturas económicas básicas
Subprograma de reabilitação, construção da rede fundamental de estradas e pontes
Subprograma de reabilitação e construção do Sistema de Produção e Distribuição de Electricidade
Subprograma de reabilitação e construção do Sistema de Captação e Distribuição de Água
Subprograma de reabilitação, construção e infra-estruturas básicas de telecomunicações
Programa de fomento da produção interna
Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas sectoriais de apoio à actividade produtiva
Subprograma de fomento, apoio e desenvolvimento da actividade produtiva

## 7.1.2 — Resultados (2005 e 1.º trimestre 2006):

Os resultados alcançados em 2005 pelo Programa Fomento da Produção Interna foram fortemente positivos, superando mesmo as expectativas mais optimistas. Particularmente significativos foram os resultados obtidos em sectores como a indústria transformadora, a construção ou a agricultura. Estes resultados também se ficaram a dever ao esforço de investimento efectuado para remover alguns estrangulamentos e para potenciar algumas infra-estruturas económicas básicas. A análise dos principais resultados alcançados pelo Programa de Reabilitação e Construção das Infra-Estruturas Económicas Básicas permite-nos chegar às conclusões que seguidamente se apresentam.



**Programa de reabilitação e construção das infra-estruturas económicas básicas**

Subprograma Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsto
<b>Ministério das Obras Públicas</b> (Subprograma de reabilitação e construção da rede fundamental de estradas e pontes)				
Reabilitação de estradas	Km	2 000	518,3	734,0
Construção de estradas (rede especial) ... ..	Km	—	—	—
Pontes em betão ... ..	Unid	8	1	3
Pontes metálicas ... ..	Mts	600	160	400
<b>Ministério dos Transportes</b> (Outros subprogramas de reabilitação e construção de infra-estruturas dos transportes)				
Aeroportos reabilitados ...	Unid	5	1	5
Portos reabilitados ... ..	Unid	4	1	—
Linha de caminho de ferro reabilitada ... ..	Km	—	145	—
<i>(Subprograma de reabilitação e construção do Sistema de Produção e Distribuição de Electricidade)</i>				
Aumento da capacidade disponível ... ..	MW	—	—	657
Rede de transportação e distribuição média/alta tensão (150Kv) ... ..	Km	—	—	1 824
Ligações eléctricas ... ..	N.º	—	—	259 829
<b>Ministério da Energia e Águas</b> (Subprograma de reabilitação e construção do Sistema de Captação e Distribuição de Água)				
Captação e produção de água tratada ... ..	Lt/hab/dia	75	70	100
Chafarizes existentes ...	N.º	1 800	2 000	2 463
Pontos de água existents ...	N.º	4 333	4 350	4 463
<b>Ministério dos Correios e Telecomunicações</b> (Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas básicas de telecomunicações)				
Taxa de teledensidade fixa	%	0,8	0,62	0,69
Taxa de teledensidade móvel ... ..	%	3	10,35	12,42
Subscritores de internet ...	N.º	35 000	40 983	75 000
Estações postais construção/reabilitação ... ..	Unid	7	7	3
Instalação da rede de vigilância meteorológica ...	Unid	—	—	4
Instalação da rede de vigilância sísmica ... ..	Unid	—	—	4

Fonte: Ministérios das Obras Públicas, da Energia e Águas, dos Correios e Telecomunicações

No domínio da construção e obras públicas são de destacar as inúmeras reabilitações de pontes e estradas. Um importante contributo do sector para possibilitar a realização de tais obras foi o relançamento de algumas indústrias de materiais de construção.

No sector dos transportes o destaque vai para a aceleração da reabilitação dos caminhos-de-ferro, com 145 km já recuperados, a reabilitação do porto de Cabinda e de quase todo sistema de sinalização marítima (faróis, farolins e bóias)

Quanto à energia e águas, o Governo implementou um conjunto variado de empreendimentos. A produção nacional de energia cresceu acentuadamente, o que se ficou a dever à expansão da energia com origem hídrica. No que se refere à água, a produção em 2005 suplantou bastante a do ano anterior. Fruto desta evolução o consumo per capita aumentou 33% em 2005, devendo aproximar-se dos 100 litros/dia em 2006.

O crescimento dos serviços de telecomunicações tem ocorrido de forma constante tanto ao nível da procura como da oferta (operadores). Para além da evolução quantitativa, também a qualidade do serviço tem melhorado. Subsiste, contudo, alguma assimetria na distribuição, concentrando-se cerca de 85% da disponibilidade de serviços de telefonia fixa e móvel, em Luanda, Cabinda, Huambo e Huíla. O número de subscritores de internet ultrapassou já os 40 000 em 2005, suplantando as previsões, devendo atingir os 75 000 em 2006 (crescimento de 83%).

Como anteriormente foi referido, os resultados da economia real foram bastante positivos como pode ser confirmado pelos dados que constam do quadro abaixo referentes ao Programa de Fomento da Produção Interna.

**Programa de fomento da produção interna**

Subprograma Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsto
<b>Ministério dos Transportes</b> (Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas sectoriais de apoio à actividade produtiva)				
Faróis reabilitados ... ..	Unid	15	6	9
Farolins reabilitados ... ..	Unid	40	7	33

Subprograma Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006 Previsão
		Previstos	Atingidos	
<b>Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural</b>				
<i>(subprograma de fomento, apoio e desenvolvimento da actividade produtiva)</i>				
Produção de cereais .....	Ton	1 359 700	880 929	626 497
Produção de legumin. ....	Ton	283 200	175 287	142 414
Produção de raízes e tubérculos .....	Ton	6 516 800	9 559 536	10 013 316
Produção de café .....	Ton	22 000	3 000	3 000
Produção de carne .....	Ton	40 100	28 388	45 297
Produção de leite .....	10 <sup>6</sup> lts	1 200	804	1 356
Produção de ovos .....	10 <sup>6</sup> unid	180 000	3620	6 102
Produção de madeira em toras .....	m <sup>3</sup>	100 000	47 974	53 192
Produção de carvão vegetal .....	Ton	30 000	345 283	310 755
Produção de lenha .....	St	29 000	58 208	49 477
Reposicionamento florestal .....	ha	2 000	650	5 000
Produção de plantas .....	N.º	—	700 000	1 350 000
Mel .....	Ton	150	4	—
Força de trabalho activa no sector agrícola .....	—	—	—	—
Sector familiar .....	(milhares)	—	—	6 982
Sector empresarial .....	(milhares)	—	—	41,2
Pequena e médias empresas agrícolas .....	Unid	—	—	10 289
<b>Ministério dos Transportes</b>				
Autocarros de passageiros a adquirir (TCUL) .....	Unid	116	135	—
Camiões de mercadorias a adquirir (Nacional) .....	Unid	2 750	250	—
Locomotivas .....	Unid	3	—	—
Carruagens .....	Unid	41	—	—
Navios para cabotagem e longo curso .....	Unid	4	—	—
Aeronaves adquiridas (TAAG) .....	Unid	9	—	5
<b>Ministério das Pescas</b>				
Total de capturas .....	Ton	299 313	192 615	292 987
Produção da aquicultura .....	Ton	1 550	—	1 500
Transformação e comercialização de fresco .....	Ton	127 639	118 078	102 712
Transformação e comercialização de congelados .....	Ton	43 000	41 452	64 773
Transformação de seco e meia cura .....	Ton	51 202	6 379	63 620
Transformação de farinhas e óleos .....	Ton	4 800	2 867	4 800
Produção de conservas .....	Ton	1 720	1	1 720
Produç. de sal iodizado .....	Ton	95 656	29 005	95 658
<b>Ministério da Geologia e Minas</b>				
Produção de diamantes .....	1000 Qts	—	7 804	10 041 665
Rec. bruta diamantes .....	10 <sup>6</sup> USD	—	1 281	1 149
Produção de granito negro .....	m <sup>3</sup>	40 000	38 000	40 000

Subprograma Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006 Previsão
		Previstos	Atingidos	
<b>Ministério da Indústria</b>				
Postos de trabalho indústria (Volume emprego industrial) .....	N.º	—	32 588	—
Postos de trabalho a criar .....	N.º	—	—	—
Novas indústrias a criar .....	Unid	—	—	—
<b>Ministério da Hotelaria e Turismo</b>				
Chegadas (turista) .....	N.º	—	209 956	293 938
Quartos hotelaria disponíveis .....	N.º	—	9 593	13 430
Emprego no turismo .....	N.º	—	49 519	69 327
Hotéis .....	N.º	—	130	132
Pensões .....	N.º	—	547	766
N.º de restaurantes e similares .....	N.º	—	949	1 329
Agência de viagem e turismo .....	N.º	—	158	165
<b>Ministério do Comércio</b>				
Estabelecimentos licenciados .....	N.º	—	4 708	—
<b>Ministério das Obras Públicas</b>				
Produção de cimento .....	Ton	—	877 246	1 297 000
Produção de clínquer .....	Ton	—	471 755	480 480
Produção de tijolos .....	Unid	—	10 226 515	21 471 000
Produção de telhas .....	Unid	—	266 066	1 291 700
Produção de chapas de fibrocimento .....	Unid	—	198 140	217 954
Produç. de cimento cola .....	Ton	—	—	70 000
Produção de tintas, colas e vernizes .....	Unid	—	25 000	33 750

Fonte: Ministérios dos Transportes, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, das Pescas, da Geologia e Minas, da Indústria, da Hotelaria e Turismo, do Comércio e das Obras Públicas

No domínio da agricultura, silvicultura e pecuária, os resultados foram bons, o que se encontra sintetizado no crescimento da produção em cerca de 17% face ao ano anterior, sendo particularmente expressivos na produção de raízes e tubérculos, plantas, carvão vegetal e lenha. A estiação prolongada afectou, com severidade, as culturas de cereais e leguminosas em algumas regiões do País, fazendo com que a produção efectiva tivesse ficado aquém do previsto.

Quanto às pescas, os constrangimentos que caracterizam o sector não permitiram ainda uma rápida expansão das capturas. Todavia, para 2006, prevê-se que as mesmas possam ter já uma evolução acentuadamente crescente, atingindo as 293 000 toneladas.

A indústria extractiva não petrolífera teve também um crescimento acentuado, devido, sobretudo, ao grande incremento registado no subsector das rochas ornamentais, que terá crescido 153% no último ano, enquanto o sector dos diamantes registou um acréscimo de 8%. Entre as medidas concretizadas merecem destaque a operacionalização do

segundo módulo da central de tratamento de diamantes do Projecto Catoca, o início de actividade de lapidação, através da inauguração da Angola Polishing Diamonds e o controlo e combate ao garimpo.

A indústria transformadora registou uma evolução extremamente positiva, crescendo, em 2005, cerca de 25%. Esta evolução fica a dever-se basicamente às indústrias alimentares e de bebidas, de transformação da madeira, papel e química. Para 2006, prevê-se um crescimento de 20,7% na indústria transformadora. A base do crescimento verificado fica, em grande parte, a dever-se à iniciativa privada, cujo fortalecimento constitui uma das grandes apostas para a actividade económica.

Na hotelaria e turismo registou-se, em 2005, a chegada de 210 000 turistas oriundos, sobretudo, da Europa. Porém, convirá ter presente que as motivações destas deslocações não são puramente turísticas, no seu sentido estrito, na medida em que grande parte das motivações para as deslocações encontra a sua justificação em razão de negócios ou de visita a familiares. Revelador das potencialidades do sector, registe-se o facto de, durante o último ano, terem sido autorizados investimentos no valor de USD 87 000 000,00, que possibilitarão o incremento da oferta nacional em 490 quartos. Registe-se, também, a adopção de medidas relevantes, tais como as respeitantes ao ordenamento e reclassificação da rede turística e à conclusão do Plano Director do Turismo.

O comércio é um sector que apresenta um grande dinamismo, tendo sido licenciados 4708 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, dos quais 50% para pequenas e médias unidades. Foi dada prioridade à consolidação da nova política comercial, traduzida na organização do exercício do comércio precário, na organização e funcionamento dos mercados urbanos e na organização do cadastro comercial.

No sector dos Transportes registou-se, em 2005, um aumento da oferta e melhoria dos serviços de transporte, com 250 novas viaturas de mercadorias e 135 de passageiros, com impacto sócio-económico em 2006. Ainda em 2005, o sector dos transportes contratou a aquisição de 3 locomotivas, 41 carruagens e 6 aeronaves, com recepção prevista para 2006/2007.

A execução financeira do PIP relativa aos sectores que integram o Programa Integrado de Relançamento da Actividade Económica, permite-nos ter a percepção do apoio público ao Desenvolvimento.

O aspecto principal que ressalta da análise dos valores do PIP refere-se ao forte incremento verificado as verbas programadas para o conjunto dos Ministérios incluídos no

grupo Infra-Estruturas Económicas Básicas, o que revela uma clara aposta do Governo neste domínio, mas também um grau de execução aquém do programado, revelador das condicionantes que ainda caracterizam o sector.

Os dados disponíveis revelam ainda que o comportamento global dos ministérios que integram o grupo Fomento da Produção Interna é, em termos relativos, positivo, na medida em que a taxa de execução alcançada em 2005, 42,6%, é bastante superior à taxa média de execução do PIP.

### 7.1.3 — Metas 2007-2008:

A conjugação da análise dos resultados obtidos com as dinâmicas em curso determinam que se fixem novas metas para 2007 e 2008, procurando que as mesmas, sendo ambiciosas, não deixem de ser realistas.

No domínio da construção e obras públicas a fixação de metas para 2007-2008 tem subjacente a intenção do Governo em melhorar a circulação de pessoas e bens, reforçar a capacidade nacional de produção e definir o quadro legal para a implementação de parcerias público-privadas no domínio das infra-estruturas. Prevê-se, para o biénio, a reabilitação de 4.112 Km de estradas, a construção de novos 166Km, a construção de 45 pontes em betão e de 1600 metros lineares de pontes metálicas.

#### Programa de reabilitação e construção das infra-estruturas económicas básicas

Subprograma Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério das Obras Públicas</b>			
<i>(Subprograma de reabilitação e construção de rede fundamental de estradas e pontes)</i>			
Reabilitação de estradas .....	Km	2644	1468
Construção de estradas .....	Km	65	101
Pontes em betão .....	Unid	25	20
Pontes metálicas .....	mts	800	800
<b>Ministério dos Transportes</b>			
<i>(Outros subprogramas de reabilitação e construção de infra-estruturas de transportes)</i>			
Portos reabilitados .....	N.º	2	1
Aeroportos reabilitados .....	N.º	12	12
Acródromos reabilitados .....	N.º	—	1
Aeroporto Internacional .....	N.º	—	1
Linha caminho-de-ferro reabilitada .....	Km	1000	1656

Subprograma Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Energia e Águas</b>			
<i>(Subprograma de reabilitação e construção do Sistema de Produção e Distribuição de Electricidade)</i>			
Produção de electricidade ...	GWh	4281	4814
Aumento da capacidade disponível ...	MW	1129	1214
Rede de transporte e distribuição de média/alta tensão (150Kv) ...	Km	855	1709
Ligações eléctricas ...	N.º	289 804	341 139
<b>Ministério da Energia e Águas</b>			
<i>(Subprograma de reabilitação e construção do Sistema de Captação e Distribuição de Água)</i>			
Capacitação e produção de água tratada ...	Lt/hab/dia	109	119
Chafarizes existentes ...	N.º	2850	3390
Pontos de água existentes ...	N.º	5000	5523
<b>Ministério dos Correios e Telecomunicações</b>			
<i>(Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas básicas de telecomunicações)</i>			
Taxa de teledensidade fixa ...	%	3,0	5,0
Taxa de teledensid. móvel ...	%	15	17
Subscritores de internet ...	N.º	120 000	300 000
Estações postais construção e reabilitação ...	N.º	10	17
Instalação da rede de vigilância meteorológica ...	N.º	5	3
Instalação da rede de vigilância sísmica ...	N.º	6	—

Fonte: Ministério das Obras Públicas, da Energia e Águas, dos Correios e Telecomunicações.

A disponibilidade e acesso à Energia Eléctrica e à Água Potável marca a fixação de metas neste domínio que se traduzem num crescimento contínuo e sustentado da produção e distribuição destes bens de forma equilibrada em todo o território nacional. Para o biénio, prevê-se um crescimento de 42% na produção de electricidade, duplicar a capacidade disponível e aumentar em 31% o número de ligações eléctricas. A capacidade de produção de água tratada deverá aumentar 70% em relação ao realizado em 2005 e 19% em relação ao previsto para 2006. O número de chafarizes deverá, no biénio, aumentar 927 unidades e novos 1060 pontos de água serão abertos.

As metas fixadas para a área dos Correios e Telecomunicações pautaram-se pelos objectivos de relançar a actividade postal em todo o território nacional, desenvolver

a Rede Básica de Telecomunicações e modernizar os Serviços de Meteorologia para apoio, fundamentalmente, à navegação aérea e à actividade agrícola. Prevê-se, em 2007-2008, construir ou reabilitar 27 estações postais, multiplicar por 8 a taxa de teledensidade fixa, subir para 17% a taxa de teledensidade móvel e atingir 300 000 subscritores de internet (7 vezes o nível observado em 2005).

#### Fomento da Produção Interna:

As metas fixadas para o sector agro-pecuário estão associadas aos objectivos específicos do sector e que passam por contribuir para a satisfação das necessidades alimentares do País através do aumento da produção alimentar, com base na reabilitação das capacidades produtivas do sector camponês e do sector empresarial privado, por reactivar a economia rural e restabelecer os circuitos comerciais do sector. Em particular, atendeu-se aos sectores considerados prioritários que se encontram consagrados nas fileiras da produção, tendo em vista a construção progressiva do «cluster» Alimentação. Prevê-se, nomeadamente, reduzir os défices em cereais e leguminosas, respectivamente, para 34% e 59% e atingir em 2008 o dobro da produção de carne registada em 2005, quintuplicar a produção de leite e mais do que duplicar a de ovos. Merece destaque na concretização das metas supracitadas, a implementação do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), que prevê a produção de culturas que entram com maior frequência nos circuitos comerciais.

Nas Pescas pretende-se, igualmente, contribuir para a satisfação das necessidades alimentares do País. Para o efeito, serão criadas algumas condições a montante como sejam a melhoria das infra-estruturas de apoio às pescas e da rede de distribuição. O volume de capturas previsto para 2008 deverá superar em 121% o nível registado em 2005.

Na Indústria Extractiva não Petrolífera prevê-se duplicar em 2008 a produção de diamantes de 2005.

A evolução prevista da Indústria Transformadora para o biénio 2007-2008 será marcada pelo processo de reindustrialização do País, mediante o aprofundamento da reposição da oferta interna de bens essenciais, como sejam os agro-industriais, artigos de uso doméstico, vestuário e calçado ou materiais de construção. Mas também se espera o desenvolvimento de outras actividades industriais de natureza transversal (metalomecânica, pequenos equipamentos, fundição ou actividades de manutenção e reparação). Prevê-se um ritmo médio de crescimento da ordem dos 16,5% do produto da Indústria Transformadora e a criação de 530 empresas industriais.



No Turismo prevê-se, em 2008, quadruplicar o número de turistas e de quartos de hotelaria, registados em 2005. O emprego no sector deverá igualmente quadruplicar.

No Comércio existe a preocupação de consolidar o exercício do comércio baseado na iniciativa privada e a integração das economias rural e urbana, bem como a expansão da rede logística e de distribuição.

No Sector dos Transportes será prosseguida e intensificada a melhoria da transportação, com a renovação dos meios de transporte de passageiros e cargas em todos os modos (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo) e a revisão da legislação em especial referente à segurança do transporte de pessoas e cargas, com destaque para a carga perigosa, assim como a melhoria da manutenção, das frotas.

#### Programa de fomento da produção interna

Subprograma Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério dos Transportes</b>			
<i>(Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas do sector de apoio à actividade)</i>			
Centro de formação aeronáutica .....	N.º	—	1
Radares .....	N.º	1	1
Sistema de navegação comunicaç. (ADS-HF/VHF) ...	N.º	1	—
<b>Ministério da Agricultura</b>			
Reabilitação e modernização de perímetros irrigados (Caxito, Luena, Gandjelas, Matumbo-Waco Kungo e Matala) .....	N.º	5	—
<b>Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural</b>			
<i>(Subprograma de fomento, apoio e desenvolvimento da actividade produtiva)</i>			
Produção de cereais .....	Ton	1 106 399	1 351 740
Produção de leguminosas ...	Ton	256 079	316 822
Produção de raízes e tubérculos .....	Ton	11 874 162	12 235 088
Produção de carne .....	Ton	51 878	57 938
Produção de leite .....	10 <sup>3</sup> _lts	2 125	4 125
Produção de ovos .....	10 <sup>3</sup> _unid	7 017	8 280
Produção de madeira em toros .....	m <sup>3</sup> _	63 830	76 596
Produção de carv. vegetal ...	Ton	248 604	198 883
Produção de lenha .....	St	41 066	32 853
Repopoamento florestal ...	ha	5 000	5 000
Produção de plantas .....	—	2 500 000	2 500 000

Subprograma Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério dos Transportes</b>			
Autocarros de passageiros a adquirir (TCUL) .....	Unid	95	48
Camiões de mercadorias a adquirir (Nacional) ...	Unid	1 500	1 500
Aquisição de ferry-boats ...	Unid	2	—
Aquisição de rebocadores ...	Unid	1	1
Aquisição de navios .....	Unid	—	2
Aeronaves adquiridas (TAAG) .....	Unid	6	1
Aquisição de locomotivas ...	Unid	3	3
Aquisição de carruagens de 1.ª classe .....	Unid	10	10
Aquisição de carruagens de 2.ª classe .....	Unid	10	20
<b>Ministério das Pescas</b>			
Total de capturas .....	Ton	321 487	426 487
Produção da aquicultura .....	Ton	1 550	—
Transferência e comercialização de fresco .....	Ton	112 520	149 270
Transferência e comercialização de congelado .....	Ton	70 727	93 827
Transferência de seco e meia cura .....	Ton	70 726	93 826
Transferência de farinhas e óleos .....	Ton	5 143	6 823
Produção de conservas .....	Ton	1 928	2 558
Produção de sal iodizado ...	Ton	120 658	120 658
<b>Ministério da Geologia e Minas</b>			
Produção de diamantes ...	Qlts	12 069 936	13 230 879
Rec. bruta diamantes ...	10 <sup>6</sup> USD	1 193	1 308
Produção de granito negro ...	m <sup>3</sup> _	—	—
<b>Ministério da Indústria</b>			
Taxa média de crescimento (crescimento da ind. transferência) .....	%	48,0	55,2
Postos de trabalho indústria (volume de emprego industrial) .....	N.º	42 588	59 488
Postos de trabalho a criar ...	N.º	16 900	16 900
Novas indústrias a criar .....	Unid	240	290
<b>Ministério da Hotelaria e Turismo</b>			
Chegadas (turistas) .....	N.º	470 301	799 508
Quartos hotelaria disponível	N.º	21 488	36 530
Emprego no turismo .....	N.º	110 923	188 569
Hotéis .....	N.º	135	138
Pensões .....	N.º	1 226	1 716
N.º de restaur. e similares ...	N.º	2 126	3 614
Agência de viag. e turismo ...	N.º	110	110
<b>Ministério do Comércio</b>			
Estabelecim. licenciados .....	N.º	?	?
Mercado grossista (plataformas, entrepostos, etc. a criar) .....	Unid	648	648
Mercado retalhista .....	—	—	—
Mercados municipais urbanos, suburbanos e rurais (infra-estruturas a criar) .....	Unid	18	145
Nova rede comercial de proximidade (infra-estruturas a criar) .....	Unid	5 838	5 838
Programa nacional de integração e formação p/ o comércio (formandos global p/ 2007-08) .....	N.º	—	1 500



Subprograma Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério das Obras Públicas</b>			
Produção cimento .....	Ton	1 470 300	1 678 300
Produção clínquer .....	Ton	480 480	480 480
Produção de tijolos .....	Unid	47 914 000	48 522 750
Produção de telhas .....	Unid	14 801 070	16 964 200
Produção de chapas de fibrocimento .....	M2	239 749	263 724
Produção de cimento cola .....	Ton	80 500	92 575
Produção de tintas, colas e vernizes .....	Ton	33 750	45 563

Fonte: Ministérios dos Transportes, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, das Pescas, da Geologia e Minas, da Indústria, da Hotelaria e Turismo, do Comércio e das Obras Públicas.

#### 7.1.4 – Medidas de política:

No PGG para 2007-2008 faremos referência a novas medidas de política e/ou a concretizações ou complementos de políticas e medidas de política previstas para 2005-2006.

O Programa Integrado de Relançamento da Actividade Económica está enquadrado pelas seguintes prioridades:

Reabilitação, expansão e modernização das infra-estruturas;

Lançamento das indústrias de apoio à reconstrução;

Expansão das cadeias produtivas, sobretudo daquelas que concorrem para a produção de bens essenciais;

Reorganização da rede de distribuição.

#### Programa: Infra-estruturas económicas básicas

Sub-programas	Medidas de política essenciais
<b>Obras Públicas</b>	<p>Promover a reabilitação da rede fundamental de estradas e outras infra-estruturas rodoviárias essenciais.</p> <p>Assegurar a reabilitação de infra-estruturas prioritárias de âmbito provincial.</p> <p>Intensificar a execução do «programa executivo para a reabilitação da rede fundamental de estradas», do «programa complementar de reabilitação de infra-estruturas rodoviárias» e do «programa especial para a reabilitação de pontes».</p>
<b>Energia e Água</b>	<p>Actualizar o plano director da rede eléctrica nacional e elaborar os planos directores das redes de distribuição nas principais cidades.</p> <p>Recuperar, ampliar e melhorar a eficiência dos sistemas de produção e das redes nacionais de transporte e distribuição de energia das principais cidades.</p> <p>Promover, em coordenação com o órgão responsável pela investigação científica, o uso das tecnologias nucleares nos domínios da saúde, segurança alimentar e formação de quadros.</p> <p>Recuperar, ampliar e/ou construir sistemas de abastecimento de água nas áreas consideradas prioritárias.</p> <p>Melhorar os sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais das cidades, concluindo os respectivos planos directores.</p>
<b>Transportes</b>	<p>Implementar a 1.ª fase do programa estratégico de reabilitação e desenvolvimento da rede dos Caminhos de Ferro de Angola.</p> <p>Recuperar e modernizar as infra-estruturas de transporte aéreo no sentido de cumprir os requisitos mínimos indispensáveis.</p> <p>Recuperar e apetrechar os portos de forma a dinamizar os ritmos de carga e descarga de mercadorias, reduzindo os custos aos utentes.</p> <p>Concluir a reabilitação do sistema de sinalização marítima e iniciar a implementação do sistema de controlo à navegação marítima.</p> <p>Continuar as acções de melhoria dos sistemas de apoio e controlo à navegação, por forma a garantir melhor e maior assistência em rota.</p> <p>Criar condições de embarque e de desembarque de passageiros nos aeroportos e melhorar as condições de conforto e de atendimento nos aeródromos provinciais.</p> <p>Elaborar o estudo sobre a localização geográfica dos novos portos e aeroportos do País.</p>
<b>Telecomunicações e Correios</b>	<p>Intensificar o desenvolvimento da rede básica de telecomunicações e a modernização dos serviços de meteorologia.</p> <p>Acelerar o passo na direcção do desenvolvimento de uma sociedade de informação, mediante a massificação das tecnologias de informação e comunicação e, designadamente, através da criação das condições necessárias à implementação de uma plataforma nacional de e-Learning, ao arranque de um centro de excelência em Tecnologias de Informação e à construção de infra-estruturas físicas dos cibercentros provinciais.</p> <p>Relançar a actividade postal em todo o território nacional, de acordo com o respectivo plano director, viabilizando o operador público postal e diversificando a oferta de serviços, com destaque para os serviços financeiros postais.</p> <p>Incentivar o sector privado a uma maior participação, por exemplo através de parcerias público-privadas.</p>

## Programa: Fomento da produção interna

Sub-programas	Medidas de política essenciais
Agricultura e Pesca	<p>Criar as condições para uma intensificação do processo de implementação do programa de desenvolvimento e extensão rural, visando a melhoria das condições de produção camponesa e do comércio rural e, conseqüentemente, aumentando a produção de bens alimentares essenciais.</p> <p>Definir as condições de apoio à emergência e desenvolvimento de um sector empresarial agrícola.</p> <p>Intensificar a implementação das fileiras produtivas do «cluster» alimentação quer ao nível das sementes e da produção, quer das agro-indústrias, melhorando as condições de segurança alimentar do País e intensificando, nomeadamente, a produção de cereais, leguminosas, carne, leite e ovos.</p> <p>Reforçar o programa de reabilitação dos perímetros irrigados.</p> <p>Implementar, no âmbito do projecto de gestão de terras aráveis que constituem reserva estratégica do Estado, projectos de grande escala aos domínios agro-pecuário e agro-industrial, em parceria com agentes económicos de reconhecida capacidade e idoneidade técnico-científica.</p> <p>Elaborar a política de desenvolvimento florestal, visando a criação das condições necessárias ao desenvolvimento de uma fileira produtiva florestal.</p> <p>Reforçar o apoio ao desenvolvimento da actividade piscatória marítima e continental, promovendo uma maior participação do empresariado nacional e dos pescadores, ao nível das infra-estruturas portuárias e de frio, visando a expansão significativa das capturas, melhorando, assim, o abastecimento e a transformação industrial.</p>
Indústria extractiva não petrolífera	<p>Dinamizar a exploração diamantífera, assegurando uma participação crescente do empresariado e quadros nacionais.</p> <p>Promover a imagem de qualidade e de capacidade produtiva do «Diamante de Angola», para o que contribuirão a fixação no País da sede da «Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes — APAPID», e a realização em Angola da Conferência Mundial do Diamante, prevista para 2008.</p> <p>Intensificar o processo de cartografia geológica e mineira, bem como do correspondente sistema de informação, possibilitando a actualização dos levantamentos geológicos e dos cadastros minérios.</p> <p>Implementar o programa de relançamento das rochas ornamentais.</p> <p>Criar as condições necessárias à implementação do projecto ferro/manganês.</p> <p>Proceder à actualização da legislação mineira e diamantífera.</p>
Indústria petrolífera	<p>Alargar e intensificar as pesquisas às bacias interiores.</p> <p>Expandir a comercialização de combustíveis e lubrificantes a todo o território nacional.</p> <p>Accelerar o processo de construção da nova refinaria.</p> <p>Criar as condições necessárias à implementação do projecto «LNG».</p>
Indústria transformadora	<p>Rever a «estratégia de reindustrialização de Angola».</p> <p>Promover uma rápida diversificação e modernização da estrutura industrial.</p> <p>Assegurar uma melhor protecção da indústria nacional emergente.</p> <p>Implementar, progressivamente, a rede de pólos industriais, dando prioridade aos pólos industriais de Viana, Catumbela e Fátima.</p>
Transportes	<p>Reequipar a TAAG.</p> <p>Repor os meios rodoviários destruídos pela acção da guerra.</p> <p>Actualizar a regulamentação da actividade.</p> <p>Reforçar a capacidade dos transportes colectivos.</p> <p>Rever a política de preços das transportadoras aéreas.</p> <p>Promover a cooperação com organismos congéneres externos em domínios específicos.</p>
Turismo	<p>Estabelecer as zonas turísticas de Angola e intensificar a promoção turística.</p> <p>Actualizar e adaptar o quadro legal e regulamentar do sector.</p> <p>Definir a estratégia e o sistema de formação turística, incluindo a criação do Instituto Nacional de Formação Turística.</p>
Comércio	<p>Definir as redes nacionais de plataformas logísticas e de centrais de abastecimento/mercados abastecedores.</p> <p>Promover a formalização do comércio informal e precário e apoiar o desenvolvimento do comércio rural.</p> <p>Rever e actualizar o quadro legal e regulamentar do sector.</p>

## 7.1.5 — Programação Financeira do Investimento Público para o biénio 2007-2008:

## Programa de reabilitação e construção das infra-estruturas económicas básicas

Unidade — Kz: 1000,00

Subprograma Organismo responsável Estado dos projectos	Proposta biénio 2007-2008		
	2007	2008	Total
<b>Subprograma de reabilitação e construção de rede fundamental de estradas e pontes:</b>			
<b>Ministério das Obras Públicas</b> .....	134 846 208	70 211 347	205 057 555
Em curso .....	103 506 403	59 841 690	163 348 093
Novos .....	31 339 803	10 369 657	41 709 460
<b>Subprograma de reabilitação e construção de Sistema de Produção e Distribuição de Electricidade:</b>			
<b>Ministério da Energia e Águas</b> .....	45 295 129	17 772 845	63 067 974
Em curso .....	32 519 982	7 142 943	39 662 925
Novos .....	12 775 147	10 629 902	23 405 049
<b>Subprograma de reabilitação e construção do Sistema de Captação e Distribuição de Água:</b>			
<b>Ministério da Energia e Águas</b> .....	16 532 408	6 189 212	22 721 620
Em curso .....	14 890 382	2 729 674	17 620 056
Novos .....	1 642 026	3 459 538	5 101 564
<b>Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas básicas da Telecom:</b>			
<b>Ministério dos Correios e Telecomunicações</b> .....	5 912 056	1 755 982	7 668 038
Em curso .....	5 912 056	1 755 982	7 668 038
Novos .....	—	—	—

Fonte: Ministério do Planeamento — Direcção Nacional do Investimento — Ministérios Sectoriais — Gabinetes de Estudos e Planeamento.

## Programa de fomento da produção interna

Unidade — Kz: 1000,00

Subprograma Organismo responsável Estado dos projectos	Proposta biénio 2007-2008		
	2007	2008	Total
<b>Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas sectoriais de apoio à actividade produtiva:</b>			
<b>Ministério dos Transportes</b> .....	3 247 452	3 791 200	7 038 652
Em curso .....	2 671 608	1 895 600	4 567 208
Novos .....	575 844	1 895 600	2 471 444
<b>Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural</b> .....	3 835 163	2 487 069	6 322 232
Em curso .....	1 916 039	2 119 736	4 035 775
Novos .....	1 919 124	367 333	2 286 457
<b>Subprograma de fomento, apoio e desenvolvimento da actividade produtiva:</b>			
<b>Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural</b> .....	9 754 837	4 783 638	14 537 675
Em curso .....	7 508 741	3 925 527	11 434 268
Novos .....	2 245 296	858 111	3 103 407
<b>Ministério das Pescas</b> .....	36 320 197	0	36 320 197
Em curso .....	33 580 589	0	33 580 589
Novos .....	2 739 608	0	2 739 608
<b>Ministério das Obras Públicas e GRN</b> .....	9 394 925	1 173 600	10 568 525
Em curso .....	3 121 219	1 173 600	4 294 819
Novos .....	6 273 706	0	6 273 706
<b>Ministério da Indústria</b> .....	816 304	18 520	834 824
Em curso .....	816 304	18 520	834 824
Novos .....	0	0	0
<b>Ministério da Hotelaria e Turismo</b> .....	29 686	0	29 686
Em curso .....	29 686	0	29 686
Novos .....	0	0	0
<b>Ministério dos Correios e Telecomunicações</b> .....	891 599	603 500	1 495 099
Em curso .....	891 599	603 500	1 495 099
Novos .....	0	0	0
<b>Ministério dos Transportes</b> .....	25 503 714	57 741 042	83 244 756
Em curso .....	5 168 690	0	5 168 690
Novos .....	20 335 024	57 741 042	78 076 066

Fonte: Ministério do Planeamento — Direcção Nacional do Investimento — Ministérios Sectoriais — Gabinetes de Estudos e Planeamento.

**7.2 — Programa integrado de melhoria dos serviços sociais:**

**7.2.1 — Âmbito do programa integrado:**

A «Edificação das Bases para a Construção de uma Economia Nacional Integrada e Auto-sustentada» só é possível com o «Desenvolvimento dos Recursos Huma-

nos». Na primeira linha para alcançar estes grandes objetivos estão as ações e projectos que constituem o Programa Integrado da Melhoria dos Serviços Sociais.

Compõem o Programa Integrado de Melhoria dos Serviços Sociais os seguintes programas de desenvolvimento, reabilitação, melhoria e fomento:

**Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Educação:**

- Subprograma de reabilitação e construção de escolas (\*)
- Subprograma de apetrechamento das escolas (\*)
- Subprograma de capacitação dos recursos humanos (\*\*)
- Subprograma de assistência social aos alunos da escola (\*\*)

**Programa da reforma educativa (\*\*)**

Programa de implantação e desenvolvimento do sistema de ensino especial (\*\*)

Programa de desenvolvimento do ensino técnico-profissional (\*\*)

Programa de desenvolvimento do subsistema do ensino superior

**Programa de desenvolvimento dos serviços de saúde:**

- Subprograma de reabilitação e construção das unidades sanitárias (\*)
- Subprograma de apetrechamento das unidades sanitárias (\*)
- Subprograma de capacitação dos recursos humanos (\*\*)

**Programa de combate às grandes endemias (\*\*):**

- Subprograma de combate à malária
- Subprograma de combate à tripanossomíase
- Subprograma de combate à tuberculose
- Subprograma de combate à lepra

**Programa da melhoria da saúde materno-infantil (\*\*):**

Programa nacional de luta contra o HIV/SIDA (\*\*)

**Programa de expansão dos serviços públicos de comunicação social (\*)**

- Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas de apoio aos serviços públicos de comunicação social
- Subprograma e equipamento dos órgãos prestadores de serviços públicos de comunicação social

**Programa de desenvolvimento da cultura, desporto e recreação:**

- Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas culturais (\*)
- Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas desportivas (\*)
- Subprograma de fomento e desenvolvimento da actividade artística, cultural e recreativas (\*\*)
- Subprograma de fomento e desenvolvimento das actividades desportivas (\*\*)

**Programa executivo para a juventude (\*\*)**

Programa de promoção e desenvolvimento da mulher (\*\*)

Programa de valorização da mão-de-obra nacional (\*\*)

(\*) Programas e subprogramas que se enquadram na vertente «Construção, reabilitação, equipamento e reapetrechamento de infra-estruturas sociais» — Investimento.

(\*\*) Programas e subprogramas que se enquadram na vertente «Melhorar os resultados da prestação dos serviços sociais».

## 7.2.2 — Resultados (2005 e 1.º trimestre de 2006):

A análise dos resultados alcançados em 2005, o primeiro ano de vigência do «Programa Geral do Governo (PGG) para o biénio 2005-2006», e no primeiro trimestre de 2006, contribui para rectificar previsões e intensificar decisões e realizações acertadas, no quadro da elaboração do «PGG para o biénio 2007-2008».

## Programa de desenvolvimento dos serviços de educação

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previsão	Alcançados	Previsão
<b>Ministério das Obras Públicas</b> <i>(Subprograma de reabilitação e construção de escolas)</i>				
Reabilitação e construção de escolas	Unid.	—	1	4
<b>Ministério da Educação</b> <i>(Subprograma de reabilitação e construção de escolas)</i>				
Acções de construção e reabilitação de escolas	Unid.	—	190	—
N.º de salas de aula (sit. em 2005)				
Ensino primário (inclui iniciação)	N.º	—	34 658	36 108
Ensino secundário 1.º ciclo	N.º	—	7 707	8 887
Ensino secundário 2.º ciclo	N.º	—	1 268	1 443
Ensino superior	—	—	—	—
<i>(Subprograma de apetrechamento das escolas)</i>				
Apetrechamento de escolas	Unid.	—	10	62
Aquisição de equipamento	Unid.	—	6	62
Outras acções	N.º	—	19	ND
<i>(Outros indicadores)</i>				
Taxa bruta escolarização	%	—	—	—
Iniciação	—	118,1	192,5	188,0
Ensino primário	—	135,5	182,1	176,0
Ensino secundário	—	32,1	28,0	29,9
Ensino superior	—	2,0	2,0	2,5
Taxa líquida de escolarização	%	—	—	—
Iniciação	—	—	59	61,3
Ensino primário	—	—	56	57,4
Ensino secundário	—	—	12,5	13,1
N.º de alunos matriculados	N.º	—	—	—
Iniciação	—	895 145	895 145	990 788
Ensino primário (I nível)	—	3 119 184	3 119 184	3 432 456
Ensino secund. (II e III níveis)	—	693 600	693 600	767 708
Ensino superior e médio	—	171 882	171 882	190 258
<b>Total</b>		<b>4 879 811</b>	<b>4 879 811</b>	<b>5 402 10</b>
N.º crianças e jovens fora do sistema de ensino	N.º	—	—	—
Iniciação	—	303 500	303 500	294 400
Ensino primário	—	711 210	711 210	689 900
Ensino secundário	—	1 623 420	1 623 420	1 583 710
<b>Total</b>		<b>2 638 130</b>	<b>2 638 130</b>	<b>2 568 010</b>

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previsão	Alcançados	Previsão
N.º de efectivos a alfabetizar	N.º	—	334 220	366 200
Taxa de alfabetização (%)	%	—	71	73
Taxa analf. pop. c/mais de 15 anos	%	—	29	27
Taxa concl. (alunos matr. 1.ª que conclui 4.ª)	%	—	43,3	47,0
Rácio aluno/professor (em Luanda)	NENº	—	40	40
Rácio aluno/sala de aula (I nível)	NENº	—	90	85
Rácio aluno/sala de aula (II nível)	NENº	—	89	86
N.º candidatos para cada vaga disponível na UAN	N.º	—	7	6
Universidades públicas a criar (formalização)	Unid.	—	—	—

Fonte: Ministério da Educação.

No Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Educação, o realce vai para o rápido alargamento da oferta de ensino, expresso no número adicional de salas de aulas e pessoal docente, o que permitiu que as taxas de escolarização, em todos os graus de ensino, tenham registado subidas apreciáveis e ultrapassando já em 2005 metas previstas para 2006.

## Programa de desenvolvimento dos serviços de saúde

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previsão	Alcançados	Previsão
<b>Ministério das Obras Públicas</b> <i>(Subprograma de reabilitação e construção de unidade sanitária) e (Subprograma de apetrechamento das unidades sanitárias)</i>				
Reabilit. e constr. de unid. sanitárias	Unid.	—	1	1
<b>Ministério da Saúde</b> <i>(Subprograma de reabilitação e construç. de unidades sanitárias) e (Subprograma de apetrech. das unidades sanitárias)</i>				
Reabilitação e construção de hospitais	Unid.	23	6	17
Reabilitação e construção de postos de saúde	Unid.	55	61	—
Apetrechamento de hospitais	Unid.	17	20	25
N.º de camas criadas (2005-2006)	N.º	—	—	4 070
N.º de novos centros de ATV criados	Unid.	55	57	60
N.º de serviços para o tratamento da SIDA	Unid.	6	13	18
Instalação de saúde periféricas que prestam cuidados pré-natais	%	70%	75%	78%
N.º unidades sanitárias periféricas com sala de partos	Unid.	171	175	120
Hospitais centrais (nacionais)	Unid.	9	9	10
Hospitais gerais (provinciais)	Unid.	48	50	55
Hospitais municipais	Unid.	85	137	145
Centros de saúde	Unid.	291	295	315
Postos de saúde	Unid.	1 502	1 600	1 680
Camas hospitalares	N.º	—	11 977	12 027
Laboratórios clínicos	Unid.	400	386	400
Blocos operatórios	N.º	58	59	60
TAC (unidades)	Unid.	5	3	2
Ressonância magnét. (unidades)	Unid.	2	—	2



Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Atingidos	Previsão
<i>(Subprograma de capacitação dos Recursos Humanos)</i>				
N.º de trabalhadores no sector	N.º	—	65 578	69 343
N.º de médicos	N.º	—	1 458	1 543
N.º de enfermeiros registados	N.º	—	35 593	36 800
N.º de enfermeiros com formação superior	N.º	—	—	—
N.º de técnicos de diagnóstico e terapêutica	N.º	—	4510	5000
N.º de profissionais de saúde treinados em AIDI	N.º	—	—	250
N.º de administrativos	N.º	—	24 017	26 000
<i>(Programa de combate às grandes endemias)</i>				
N.º famílias com mosquiteiros	N.º	1 000 000	1 200 000	2 000 000
Famílias que beneficiam de mosquiteiros impregnados	%	—	—	60%
N.º de armadilhas da mosca Tsé-Tsé distribuídas	N.º	50 000	50 000	904 501
Taxa de cobertura da 3.ª dose de DTP	%	25%	30%	45%
Taxa de detecç. de casos de T.B.	%	15%	40%	60%
Taxa de cura de doent. com T.B.	%	35%	40%	75%
Taxa de erradicação da lepra	%	99%	99%	100%
<i>(Programa da melhoria da saúde materno-infantil)</i>				
Taxa de partos nas unidades sanitárias (institucionais)	%	30%	35%	36%
Mortalidade materna p/100 000 nascidos vivos	N.º	1 700	1 700	1 700
Taxa de mortalidade das crianças menores de 5 anos/1000	%	25%	25%	20%
Taxa de desnutrição das crianças menores de 5 anos	%	35%	30%	15%
<i>(Programa nacional de luta contra o HIV/SIDA)</i>				
Taxa de prevalência SIDA nos adultos (ONU-SIDA, 2001)	%	2,7%	2,7%	2,7%
<i>(Outras indicadores)</i>				
Taxa da população com acesso a instalações de saúde	%	30-40%	30-40%	30-40%
Taxa da população c/ acesso a medicamentos (OMS-2001)	%	25%	30%	35%
Taxa de cobertura geral de vacinas	%	36%	40%	50%

Fonte: Ministério da Saúde.

#### Programa de combate às grandes endemias (mortalidade por doenças transmissíveis)

Organismo responsável Indicadores (Doenças)	U.M.	2004	2005	Evolução (%)	Previsão
<b>Ministério da Saúde</b>					
Malária	N.º	6 512	11 646	79	—
DRA	N.º	1 427	1 543	8	—
DDA	N.º	995	1 199	20	—
Conjuntivite	N.º	0	0	—	—
Febre tifóide	N.º	24	99	313	—
Bilharziose	N.º	0	0	—	—
Tuberculose	N.º	294	471	60	—
SIDA	N.º	374	320	-14	—
Marburg	N.º	0	227	—	—
Cólera	N.º	—	—	—	1 727 *

\* Casos de óbitos registados até dia 13 de Junho de 2006.

Fonte: Ministério da Saúde.

No Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Saúde, a reabilitação e construção de postos de saúde, a construção de novos hospitais (nacionais, provinciais e municipais – mais 82 unidades no total) e o apetrechamento de hospitais tem evoluído a bom ritmo, tendo ultrapassado em 2005 os valores previstos. Os níveis atingidos de médicos e enfermeiros registados no sector em 2005 e previstos para 2006 representam uma melhoria substancial dos recursos humanos e dos serviços de saúde (um crescimento total de 90%, para o biénio). Esta evolução, ao nível dos recursos, possibilitou a concretização de resultados (já obtidos ou a obter em 2006) nos domínios da cobertura vacinal, na taxa de mortalidade das crianças menores de 5 anos e na erradicação da lepra. Todavia, mantêm-se muito elevados os níveis de prevalência e morbidade de malária, doenças respiratórias e diarreicas agudas.

#### Programa de expansão dos serviços públicos de comunicação social

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Atingidos	Previsão
<b>Ministério da Comunicação Social</b> <i>(Subprograma de reab. const. infr. ap. serv. públ. comunicação social)</i>				
Reabilitação das infra-estruturas da rádio e televisão, Angop e Jomal de Angola	Unid.	63	0	3
Construção de infra-estruturas para órgãos da comunicação social	Unid.	13	0	0
<i>(Subprog. de equi. órgãos prestador de serv. públ. de comun. social)</i>				
Extensão do sinal rádio e televisão (número de municípios)	Unid.	164	59	85

Fonte: Ministério da Comunicação Social.

#### Programa de desenvolvimento da cultura, desporto e recreação-cultural

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Atingidos	Previsão
<b>Ministério da Cultura</b> <i>(Subprograma de reab. construção de infra-estruturas culturais)</i>				
Construção de infra-estrut. culturais	Unid.	—	—	—
Escola Nacional de Artes	Unid.	—	—	—
<i>(Subprog. de fomento, desenvolvim. activ. artist. culturais e recreativas)</i>				
Biblioteca Pública de Luanda	Unid.	—	—	—
N.º de leitores	N.º	42 049	—	44 151
Arquivo Histórico de Angola	Unid.	—	—	—
N.º de Leitores	N.º	4 239	—	4 450
Museus	Unid.	—	—	—
N.º de visitantes (só para 4 museus)	N.º	85 504	—	89 779

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsão
Escola Nacional de Artes Plásticas N.º de alunos matriculados	Unid. N.º	—	206	217
Escola Nacional de Teatro N.º de alunos matriculados	Unid. N.º	—	90	103
Escola Nacional de Música N.º de alunos matriculados	Unid. N.º	—	84	124
Escola Nacional de Dança N.º de alunos matriculados	Unid. N.º	—	25	50

Fonte: Ministério da Cultura

No plano da Cultura, os indicadores disponíveis revelam uma evolução ainda lenta, quer ao nível da construção de infra-estruturas, quer, por exemplo, de leitores de bibliotecas e visitantes de museus. Já o número de alunos inscritos nas escolas nacionais de teatro, dança e música está a evoluir muito favoravelmente.

#### Programa de desenvolvimento da cultura, desporto e recreação-desporto

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsão
<b>Ministério das Obras Públicas</b> (Subprograma de reab. construção de infra-estruturas desportivas)				
Reabilitação e construção de infra-estruturas desportivas	Unid.	—	1	—
<b>Ministério da Juventude e Desportos</b> (Subprograma de reab. construção de infra-estruturas desportivas)				
Construção da casa da juventude	Unid.	1	1	—
Construção e apetrechamento da galeria do desporto	Unid.	—	—	1
Vedação de terreno para estádio de futebol	Unid.	1	—	—
Reabilitação de campos de futebol	Unid.	—	—	—
Construção de pavilhões multi-uso	Unid.	4	—	—
Centro de medicina do desporto	Unid.	1	1	—
Centro de treinamento de alto rendimento	Unid.	—	—	—
Reabilit. e modernização de piscina	Unid.	—	0	5
<b>(Subprograma de fomento e desenv. de actividades desportivas)</b>				
N.º de benef. «desporto para todos»	N.º	40 000	—	—
N.º de benef. da acção «desporto para portadores de deficiências»	N.º	1500	—	6000
N.º de praticantes de desporto de alta competição	N.º	250	—	800
N.º de novos talentos identificados	N.º	500	—	500
N.º de agentes desportivos formados (treinadores 1.º grau, técnicos desportivos, árbit., várias modalidades)	N.º	—	350	350

Fonte: Ministério da Juventude e Desportos

No desporto, para além de excelentes resultados desportivos obtidos em diversas modalidades, a nível nacional e internacional, há a referir o aumento do número de praticantes e a construção de algumas infra-estruturas, o que se prevê intensificar em 2006.

#### Programa executivo para a juventude

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsão
<b>Ministério da Juvent. e Desportos</b>				
N.º de beneficiár. de ateliers de formação profissional para jovens defic. de guerra e desamparados	N.º	2400	—	1500
N.º de beneficiários das acções para redução do clima de intolerância entre os jovens	N.º	1 500 000	—	1 500 000
N.º de benef. de acções de cooperação entre jovens	N.º	9331	23 572	23 572
N.º de benef. programa JVA — Jovens Vida Associativa	N.º	5 000	—	3 200
N.º de jangos juvenis construídos	N.º	64	1	64
N.º de festivais nacionais da juvent.	N.º	2	2	2
N.º de campos de férias para estudantes do ensino superior	N.º	1	1	1
Acampamento nacional dos alunos do ensino médio	N.º	1	1	1
N.º de brigadas juvenis de construção de escolas	N.º	18	—	18
N.º de brig. juvenis de alfabetização	N.º	18	—	18
N.º de brigadistas	N.º	—	—	—
Campanhas de informação aos jovens sobre os grandes objectivos do Estado angolano	N.º	1 000 000	—	1 000 000
N.º de brigadas regionais de auto-construção habitação p/jovens	N.º	260	—	260
N.º de beneficiár. do «cartão jovem»	N.º	750 000	—	750 000

Fonte: Ministério da Juventude e Desportos

No programa executivo para a Juventude, há a destacar o elevado número de beneficiários de acções para a redução do clima de intolerância entre jovens e de acções de cooperação entre os mesmos. Em contrapartida, ficaram até agora aquém das previsões o número de Jangos juvenis construídos bem como a constituição de brigadas juvenis de alfabetização e de brigadas regionais de auto-construção de habitação para jovens, evolução que se prevê corrigir em 2006.

## Programa de prom. e desenvolvimento da mulher

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Atingidos	Previsto
<b>Min. da Fam. e Prom. da Mulher</b>				
Construção de Centros de Formação Profissional	Unid.	5	—	5
Legislação sobre género	N.º	1	—	1
Mulheres parlamentares	%	30	12	—
Mulheres na governação central	%	30	15	—
Mulheres na governação local	%	30	3,4	—
Mulheres na diplomacia	%	30	21,9	—
Mulheres no poder judicial	%	30	16,9	—
Formadores em género	N.º	180	—	180
N.º mobilizadores ou activistas em género	N.º	900	129	900
N.º de conselheiros familiares formados, por província (obj. reduzir os índices de violência)	N.º	900	—	900
Formação e capacitação profissional (N.º formados)	N.º	2 172	127	2172
N.º de parceiras tradicionais capacitadas	N.º	1 800	870	930
Palestras sobre género	N.º	300	250	500
Seminários sobre género	N.º	36	20	36

Fonte: Ministério da Família e Promoção da Mulher

O Programa de Promoção e Desenvolvimento da Mulher, apresentou em 2005 resultados inferiores ao programado, prevendo-se que as metas fixadas para o ano transacto sejam atingidas em 2006.

## Programa de valorização da mão-de-obra nacional

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Atingidos	Previsto
<b>Min. da Adm. Públ. E. e Seg. Social</b>				
Centros de emprego e formação profissional (evolução)	—	—	—	—
Públicos	Unid.	30	32	36
Privados	Unid.	237	250	242
Capacidade formativa nacional (evolução)	N.º	17 389	22 988	22 988
N.º de acções de formação	N.º	—	—	45 976
N.º de formandos (aptos)	N.º	15 338	14 146	—
«Projecto estamos contigo»				
Formados	N.º	3 854	4 618	3 500
Empregados	N.º	548	4 748	2 100
Emprego na administração pública	—	—	—	—
Administração central	N.º	29 708	30 472	—
Administração local	N.º	200 530	226 141	—
Total	N.º	230 238	256 613	—
Segurança social				
Contribuintes	N.º	—	—	13 324
Segurados	N.º	—	—	523 153

Fonte: MAPESS

O Programa de valorização da mão-de-obra nacional revela um bom nível de execução no número de Centros de Emprego e Formação Profissional criados, uma evolução positiva em capacidade formativa nacional, no «Projecto Estamos Contigo» e no nível de emprego na Administração Central.

No domínio dos Investimentos Públicos e apesar da taxa de realização neste Programa Integrado de Melhoria dos Serviços Sociais Básicos, ser baixa, esta situação poderá ser ultrapassada melhorando a capacidade de planeamento, programação e fiscalização dos ministérios e incentivando o aumento da capacidade de execução instalada no terreno.

## 7.2.3 — Metas 2007-2008:

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério das Obras Públicas</b> (Subprograma de reabilitação construção de escolas)			
Reabilitação e construção de escolas	Unid.	3	—
<b>Ministério da Educação</b> (Subprograma de reabilitação construção de escolas)			
Acções de construção e reabilitação de escolas	Unid.	—	—
Institutos médios politécnicos (ano de conclusão)	Unid.	35	—
Salas de aula	N.º	700	260
Construção de salas para o ensino secundário	N.º	470	360
N.º de salas de aula (situação em 2005)			
Ensino primário (iniciação)	N.º	37 608	39 158
Ensino secundário 1.º ciclo	N.º	10 207	11 607
Ensino secundário 2.º ciclo	N.º	1643	1893
Ensino superior			
(Subpr. de apetrechamento de escolas)			
Apetrechamento de escolas	Unid.	63	38
Outras acções	N.º	ND	ND
(Outros indicadores)			
Taxa bruta de escolarização	%	—	—
Iniciação	—	184	180
Ensino primário	—	170	163
Ensino secundário	—	31,8	33,7
Ensino superior	—	3	3,5
Taxa líquida de escolarização	%	—	—
Iniciação	—	63,6	66,5
Primário	—	58,8	60,2
Secundário	—	13,9	16,5
N.º de alunos matriculados	N.º	—	—
Iniciação	—	1 058 450	1 112 650
Ensino primário (I Nível)	—	3 688 228	3 877 093
Ensino secundário (II e III Níveis)	—	820 136	862 133
Ensino superior e médio	—	203 251	213 659
Total	—	5 770 065	6 065 535
N.º de crianças e jovens fora do sistema de ensino	N.º	—	—
Iniciação	—	285 600	277 000
Primário	—	669 200	649 100
Secundário	—	1 544 000	1 504 290
Total	—	2 498 800	2 430 390
N.º de bolsas de estudo internas	N.º	1000	—
N.º de efectivos a alfabetizar	N.º	377 480	388 760
Taxa de alfabetização (%)	—	75	77

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
Taxa analfab. popul. c/mais de 15 anos (em 2001) .....	%	25	23
Taxa conclusão (alunos matric. 1.º que conclui 4.º) .....	%	50,6	54,3
Emprego no sector «educação» (2007- -2008):			
Pessoal docente .....	N.º	6000	640
Pessoal administrativo .....	N.º	—	2255
Rácio aluno/professor (em Luanda) ...	N.º	40	40
Rácio aluno/sala de aula (I nível) (em 2003) .....	N.º	80	75
Rácio aluno/sala de aula (II nível) (em 2003) .....	N.º	81	76
N.º de candidatos p/cada vaga dispon- vel na UAN .....	N.º	5	4
Universidades públicas a criar (formali- zação) .....	Unid.	—	5

Fonte: Ministério da Educação

#### Programa de desenvolvimento da saúde

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério das Obras Públicas</b> (Subprograma de reabilitação constru- ção de unidades sanitárias) e (Subpro- grama de apetrech. das unid. sanitárias)			
Reab. e construção de unidades sanitárias	Unid.	1	1
<b>Ministério da Saúde</b> (Subprograma de reabilitação constru- ção de unidades sanitárias) e (Subpro- grama de apetrech. das unid. sanitárias)			
N.º de novos centros de ATV criados ...	Unid.	65	75
N.º de serviços para o tratamento do Sida	Unid.	21	30
Instal. saúde periféricas que prestam cuidados pré-natais .....	%	84	87
N.º unidades sanitárias periféricas com sala de partos .....	Unid.	195	200
Hospitais centrais (nacionais) .....	Unid.	12	15
Hospitais gerais (provinciais) .....	Unid.	58	65
Hospitais municipais .....	Unid.	158	163
Centros de saúde .....	Unid.	325	340
Postos de saúde .....	Unid.	1695	1700
Camas hospitalares .....	N.º	13 004	13 711
Laboratórios clínicos .....	Unid.	532	541
TAC (unidades) .....	Unid.	6	7
Ressonância magnética (unidades) ...	Unid.	—	2
(Subpr. de capac. recursos humanos)			
N.º de trabalhadores no sector .....	N.º	73 374	75 927
N.º de médicos .....	N.º	1643	1710

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
N.º de enfermeiros registados .....	N.º	37 289	38 856
N.º de enferm. com formação superior	N.º	—	—
N.º de técnicos de diagnós. e terapêutica	N.º	5875	6209
N.º de profissionais de saúde treinados em AIDI .....	N.º	—	—
N.º administrativos .....	N.º	28 567	29 152
(Progr. de combate às grandes endemias)			
N.º famílias com mosquiteiros .....	N.º	3 000 000	5 000 000
Famílias que beneficiam de mosqui- teiros impregnados .....	%	—	—
N.º de armadilhas da mosca tsé-tsé dis- tribuídas .....	N.º	100 000	150 000
Taxa de cobertura da 3.ª dose de DTP	%	46	48
Taxa de deteção de casos de T.B. ...	%	75	85
Taxa de cura de doentes com T.B. ...	%	90	95
Taxa de erradicação da lepra .....	%	100	100
(Progr. de saúde materno-infantil)			
Taxa de partos nas unidades sanitárias (institucionais) .....	%	40	50
Taxa de mortalidade materna por 100 000 nascidos vivos .....	%	16	14
Taxa de mortalidade das crianças meno- res de 5 anos .....	%	18	15
Taxa de desnutrição das crianças meno- res de 5 anos .....	%	12	10
(Progr. nacio. de luta contra o HIV/SIDA)			
Taxa de prevalência da SIDA nos adultos (ONU-SIDA, 2001) .....	%	2,7	2,7
(Outros indicadores)			
Taxa da população com acesso a instala- ções de saúde .....	%	50	55
Taxa da população c/acesso a medica- mentos (OMS — 2001) .....	%	40	46
Taxa de cobertura geral de vacinas ..	%	55	61

#### Programa de expansão dos serviços públicos de comunicação social

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Comunicação Social</b> (Subprograma de reabilitação constru- ção de infra-est. ap. serv. públ. c. social)			
Reabilitação das infra-estruturas da rádio e televisão Angop e Jornal de Angola	Unid.	34	36
Construção de infra-estruturas para órgãos da comunicação social .....	Unid.	4	9
(Subp. equip. órgãos prestadores serv. público de comunicação social)			
Extensão do sinal rádio e televisão (número de municípios) .....	Unid.	20	—

Fonte: Ministério da Comunicação Social



**Programa de desenvolvimento da cultura, desporto e recreação-cultura**

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Cultura</b> (Subprograma de reabilitação construção de infra-estruturas culturais)			
Instituto Médio das Artes Cénicas ...	Unid.	1	—
Instituto Superior de Arte .....	Unid.	—	1
Museus .....	Unid.	2	1
Campus cinematográfico .....	Unid.	1	—
Casas de cultura .....	Unid.	3	9
Fortalezas .....	Unid.	2	1
Centro cultural de Luanda .....	Unid.	—	1
Sembódomo .....	Unid.	—	1
<b>Gabinete de Obras Especiais (GOE)</b>			
Biblioteca Nacional de Angola .....	Unid.	1	—
Arquivos Históricos de Angola e dos PALOP .....	Unid.	1	1
<b>Ministério das Obras Públicas</b>			
Ampliação do Ministério da Cultura ...	Unid.	1	—
<b>Ministério da Cultura</b> (Subprograma de fomento e desenvol. activ. artíst. cult. e recreativas)			
Biblioteca Nacional de Angola			
N.º de leitores .....	N.º	46 359	48 676
Arquivo Histórico de Angola			
N.º de leitores .....	N.º	4673	4907
Museus			
N.º de visitantes (só para quatro museus)	N.º	94 268	98 981
Escola Nacional de Artes Plásticas			
N.º de alunos matriculados .....	N.º	217	450
Escola Nacional de Teatro			
N.º de alunos matriculados .....	N.º	103	200
Escola Nacional de Música			
N.º alunos matriculados .....	N.º	124	250
Escola Nacional de Dança			
N.º de alunos matriculados .....	N.º	50	100

(1) Escola Nacional de Artes; novo edifício da Biblioteca Nacional; novo edifício do Arquivo Histórico de Angola.

Fonte: Ministério da Cultura.

**Programa de desenvolvimento da cultura, desporto e recreação-desporto**

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério das Obras Públicas</b> (Subprograma de reabilitação e const. de infra-estruturas desportivas)			
Reabilitação e construção de infra-estruturas desportivas .....	Unid.	2	9

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Juventude e Desportos</b> (Subprograma de reabilitação construção de infra-estruturas desportivas)			
Construção da casa da juventude ...	Unid.	—	1
Construção e apetrechamento da galeria do desporto .....	Unid.	—	1
Vedação de terreno para estádio de futebol .....	Unid.	1	—
Reabilitação de estádios de futebol ...	Unid.	6	6
Construção de pavilhões multi-uso ...	Unid.	4	—
Centro de treinamento de alto rendimento .....	Unid.	1	—
Reabilitação e modernização de piscinas .....	Unid.	5	—
<i>(Subp. fomento e desen. activ. desportivas)</i>			
N.º de beneficiários «desporto para todos»	N.º	70 000	70 000
N.º de benef. acção «desporto p/ portadores de deficiência» .....	N.º	6000	6000
N.º de praticantes de desporto de alta competição .....	N.º	800	800
N.º de novos talentos identificados ...	N.º	25	50
N.º de agentes desportivos formados (treinadores 1.º grau, técnicos desportivos, árbitros, várias modalidades ...	N.º	350	350

Fonte: Ministério da Juventude e Desportos

**Programa executivo da juventude**

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Juventude e Desportos</b>			
N.º de beneficiários de ateliers de formação profissional para jovens deficientes de guerra e desamparados ...			
	N.º	2000	3500
N.º de benef. acções p/redução clima instab. entre jovens .....			
	N.º	2 500 000	2 500 000
N.º de beneficiários de acções cooperação entre jovens (encontro nacional)			
	N.º	2000	—
N.º de benef. programa JVA — Jovens Vida Associativa .....			
	N.º	3200	4000
N.º de jangos juvenis construídos ...			
	N.º	36	64
N.º de festivais nacionais da juventude			
	N.º	2	1
N.º de campos de férias p/estudantes do ensino superior .....			
	N.º	1	1
Acampamento nacional dos alunos do ensino médio .....			
	N.º	1	1
N.º de brigadas juvenis de construção de escolas .....			
	N.º	36	36
N.º de brigadas juvenis de alfabetização			
	N.º	36	36
Campanhas info. jovens s/grandes obj.			
Estado de Angola .....	N.º	1 000 000	1 000 000
N.º de brigadas regionais auto-const. habitação p/jovens .....			
	N.º	—	—
N.º de beneficiários do «cartão jovem»			
	N.º	750 000	750 000

Fonte: Ministério da Juventude e Desportos

## Programa de promoção e desenvolvimento da mulher

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Minis. da Família e Prom. da Mulher</b>			
Construção de centros de formação profissional .....	Unid.	9	9
Construção de centros de aconselhamento familiar .....	Unid.	9	9
Construção e abrigos provisórios para vítimas da violência .....	Unid.	9	9
Desenvolvimento comunitário (apoio à mulher rural) .....	N.º	1 000 000	1 940 000
Lei contra a violência doméstica .....	N.º	1	—
Mulheres parlamentares .....	%	30	30
Mulheres na governação central .....	%	30	30
Mulheres na governação local .....	%	30	30
Mulheres na diplomacia .....	%	30	30
Mulheres no poder judicial .....	%	30	30
Formadores em género .....	N.º	180	180
N.º de mobilizadores ou activistas em género .....	N.º	900	900
N.º de conselheiros familiares formados, prov.(reduzir índices violência) .....	N.º	900	900
Actores capacitados nos centros de referência para a família .....	N.º	300	550
Aumento do n.º de mulheres rurais com acesso aos recursos e serviços sociais básicos .....	%	15	25
Reforço da qualificação profissional das mulheres em actividades geradoras de rendimentos .....	%	50	80
Palestras sobre género .....	N.º	500	500
Seminários sobre género .....	N.º	40	40

Fonte: Ministério da Família e Promoção da Mulher

## Programa de valorização da mão-de-obra nacional

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Minis. da Adm. Públ., Emp. e Seg. Social</b>			
Centros de emprego e formação profissional (evolução)			
Públicos .....	Unid.	40	44
Privados .....	Unid.	266	293
Capacid. formativa nacional (evolução)	N.º	25 287	27 816
N.º de acções de formação	N.º	50 574	55 631
«Projecto estamos contigo»			
Formados .....	N.º	4 180	5 420
Empregados .....	N.º	3 500	5 010
Mercado do emprego*			
Pedidos de emprego .....	N.º	32 981	34 309
Ofertas de emprego .....	N.º	12 001	140 492
Colocação .....	N.º	10 286	12 885
Segurança social			
Segurados .....	N.º	559 732	597 892

Fonte: MAPESS

(\*) Estimativas dos centros de emprego

## 7.2.4. Medidas de Política

## Programa integrado de melhoria dos serviços sociais

Programas	Medidas de política essenciais
Educação	<p>Accelerar o processo da reforma educativa; Reabilitar, construir e apetrechar o País de escolas e melhorar a qualidade do ensino, em todos os níveis; Accelerar o processo de formação de professores; Reforçar a capacidade institucional nos diferentes níveis da administração educacional e a capacidade de gestão das instituições escolares; Dinamizar a alfabetização de adultos; Apolar os alunos a melhorar o seu nível nutricional e de aproveitamento generalizando, nomeadamente, a «merenda escolar»; Melhorar a integração do ensino superior na estratégia de reconstrução e desenvolvimento do País, através, nomeadamente, da aceleração do processo de implementação das «linhas mestras para melhoria da gestão do ensino superior» e da elaboração de um «plano director para o desenvolvimento do ensino superior».</p>
Saúde	<p>Melhorar a prestação de cuidados de saúde, reabilitando e criando infra-estruturas prioritárias da rede sanitária, garantindo o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente a nível dos cuidados primários de saúde; Reforçar os programas de saúde pública e curativos (malária, VIH, tuberculose, mortalidade materno-infantil, etc); Reforçar a rede de distribuição de medicamentos essenciais de qualidade; Reforçar a capacidade dos recursos humanos, aos níveis técnicos e de gestão; Melhorar a capacidade de diagnóstico e tratamento, incluindo o recurso à medicina nuclear.</p>
Juventude e Desportos	<p>Promover a formação profissional junto dos jovens, em particular daqueles com maiores dificuldades de inserção social; Promover acções de sensibilização para a prática desportiva; Criar condições para dotar as províncias de equipamentos desportivos; Promover a formação nas diferentes áreas do associativismo juvenil e do desporto; Promover a integração com os demais órgãos da administração do Estado, a criação e optimização de condições, visando um maior envolvimento dos jovens à prática desportiva; Promover a realização de estudo prospectivo-estratégico, consubstanciado na identificação dos eixos de intervenção prioritários.</p>
Comunicação Social	<p>Modernizar os serviços e extensão do sinal de rádio e televisão a todo o território nacional; Apoiar o processo de realização de eleições gerais; Promover a formação de jornalistas.</p>
Família e género	<p>Promover a igualdade de género; Promover a investigação sobre a participação da mulher na política e na tomada de decisão; Incrementar o nível de qualificação profissional das mulheres, para a melhoria da situação económica e social; Apoiar a promoção social e económica da mulher rural; Reforçar a capacidade técnica de todo o pessoal de apoio e acompanhamento à vítima de violência (nos centros de aconselhamento e no apoio psico-jurídico); Promover os valores familiares; Elaborar e apresentar o plano de acção nacional sobre a família; Organizar seminários sobre habitabilidade básica e cooperativismo;</p>

Programas	Medidas de política essenciais
	Formar actores para o micro-crédito; Participar na elaboração da estratégia nacional de micro-crédito; Promover acções que potenciem o surgimento de mais instituições vocacionadas para o micro-crédito dirigido a pequenas iniciativas familiares; Elaborar a lei contra a violência doméstica e familiar.
Cultura	Formar agentes dinamizadores, promotores e gestores culturais nos domínios do património cultural das artes e das indústrias culturais; Promover a investigação científica nos domínios da cultura e das artes; Implementar programas de recolha, salvaguarda e valorização do património cultural material e imaterial;

Programas	Medidas de política essenciais
	Promover a criação e difusão dos produtos culturais; Ampliar as actividades no domínio de acção cultural.
Emprego e formação profissional	Implementar o projecto de expansão e modernização dos centros de emprego; Expandir a cobertura geográfica e diversificar as especialidades dos centros públicos de formação profissional; Promover a integração dos jovens na vida activa; Promover o reforço institucional dos quadros do sistema de emprego e formação profissional; Regulamentar e implementar, progressivamente, a Lei de Bases da Protecção Social.

### 7.2.5. Programação financeira do investimento público para o biénio 2007-2008:

#### Programa Integrado de melhoria dos serviços sociais

Unidade — Kz: 1000

Programa(*) Organismo responsável Estado dos projectos	Proposta para o biénio 2007-2008		
	2007	2008	Total
<b>Programa de desenvolvimento serviços de educação(*)</b>			
Ministério da Educação	30 547 540,00	5 800 831,00	36 348 371,00
Em curso	30 547 540,00	5 800 831,00	36 348 371,00
Novos	—	—	—
Ministério das Obras Públicas	2 477 624,00	—	2 477 624,00
Em curso	113 992,00	—	113 992,00
Novos	2 363 632,00	—	2 363 632,00
<b>Programa de desenvolvimento dos serviços de saúde(*)</b>			
Ministério da Saúde	16 588 217,00	1 760 100,00	18 348 317,00
Em curso	15 912 794,00	1 760 100,00	17 672 894,00
Novos	675 423,00	—	675 423,00
Ministério das Obras Públicas	30 800,00	—	30 800,00
Em curso	30 800,00	—	30 800,00
Novos	—	—	—
<b>Programa de expansão dos serviços públicos de comunicação social(*)</b>			
Ministério da Comunicação Social	3 769 257,00	—	3 769 257,00
Em curso	1 028 158,00	—	1 028 158,00
Novos	2 741 099,00	—	2 741 099,00
<b>Programa de desenvolvimento da cultura, desporto e recreação</b>			
Ministério da Cultura	1 962 000,00	410 000,00	2 372 000,00
Em curso	—	—	—
Novos	1 962 000,00	410 000,00	2 372 000,00
Ministério das Obras Públicas	1 097 625,00	—	1 097 625,00
Em curso	1 097 625,00	—	1 097 625,00
Novos	—	—	—
<b>Subprograma de reabilitação e construção de infra-estruturas desportivas</b>			
Ministério da Juventude e Desportos	1 810 465,00	1 262 800,00	3 073 265,00
Em curso	1 810 465,00	1 262 800,00	3 073 265,00
Novos	—	—	—
Ministério das Obras Públicas	2 716 355,00	4 238 667,00	6 955 022,00
Em curso	1 161 688,00	220 000,00	1 381 688,00
Novos	1 554 667,00	4 018 667,00	5 573 334,00
<b>Programa executivo da juventude(*)</b>			
Ministério da Juventude e Desportos	123 000,00	—	123 000,00
Em curso	123 000,00	—	123 000,00
Novos	—	—	—
<b>Programa de promoção e desenvolvimento da mulher(*)</b>			
Várias instituições	36 119,00	57 673,00	93 792,00
Em curso	—	—	—
Novos	36 119,00	57 673,00	93 792,00
<b>Programa de valorização da mão-de-obra nacional(*)</b>			
MAPESS (Emprego e Formação Profissional)	5 251 425,00	—	5 251 425,00
Em curso	3 718 410,00	—	3 718 410,00
Novos	1 533 015,00	—	1 533 015,00

Fonte: Ministério do Planeamento — Direcção Nacional do Investimento, Ministério Sectoriais — Gabinetes de Estudos e Planeamento.

### 7.3 — Programa Integrado de assistência social:

#### 7.3.1 - Âmbito do Programa Integrado:

O Programa Integrado de Assistência Social continua a assumir um carácter prioritário no contexto actual do País.

Em termos gerais, os problemas sociais que são a razão de ser deste Programa Integrado, impõem a continuidade do mesmo, visando a reintegração social e produtiva dos desmobilizados e pessoas deslocadas durante a guerra, a melhoria da prestação dos serviços sociais básicos e a promoção da harmonia social.

Para além destes domínios, a criança e a população idosa constituem outros importantes vectores da actuação da Assistência e Reinserção Social.

A desminagem constitui, por outro lado, uma condição necessária à mobilidade e segurança das populações e à integração social.

Constituem este Programa Integrado os seguintes programas e subprogramas:

<p><b>Programa de Assistência e Reinserção Social:</b></p> <p>Subprograma Geral de Reassentamento e Reintegração Social de Pessoas e Famílias;</p> <p>Subprograma de Assistência Humanitária;</p> <p>Subprograma de reabilitação, construção e apetrechamento, centros comunitários de assistência social;</p> <p>Subprograma Nacional de Integração dos ex-militares deficientes de guerra.</p> <p><b>Programa Nacional de Desminagem.</b></p>
---

#### 7.3.2 — Resultados (2005 e 1.º trimestre 2006):

A análise dos resultados alcançados, independentemente de algumas das metas consideradas para 2005-2006 se reportarem a programas que tiveram o seu início anos antes, permite retirar importantes ilações.

#### Programa de assistência e reinserção social

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previstos
<b>Ministério da Assist. e Reins. Social</b> <i>(Subp. geral de reassem. reinteg. social de pessoas e famílias)</i>				
Construção de novos PIC (programas infantis comunitários) ...	Unid.	—	46	100
N.º de crianças beneficiárias ...	N.º	—	—	—
Aquisição de kits p/educadores e vigilantes de infância ...	N.º	—	—	—
Reunificação e colocação nas famílias	N.º	—	51 664	60 000
Melhoramento do nível nutricional de crianças entre 0 e 2 anos ...	N.º	—	—	—

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previstos
Colocação de crianças entre 0 e 5 anos órfãs em novas famílias ...	N.º	—	553	15 000
Crianças em instituições de assistência e protecção ...	N.º	—	52 773	80 000
Ações de construção e auto-construção dirigida ...	Unid.	—	79	360
N.º de jovens beneficiados ...	N.º	—	84	—
<i>(Subp. reab. const. apetrech. centros comun. assist. social)</i>				
Construção, reab., apetrech. de centros comunitários (lares) ...	Unid.	—	—	—
N.º de famílias beneficiárias ...	N.º	—	—	—
Apetrechamento de lares de atendimento a pessoas idosas ...	Unid.	—	—	4
N.º de beneficiários (assist. social as pessoas idosas intradas em lares)		—	—	2000
Reabilitar e integrar pessoas portadoras de deficiência (PPD) ...	N.º	—	—	70 000
Pessoas portadoras de deficiência integralmente reabilitadas ...	N.º	—	—	10 000
<i>(Subpro. de assistência humanitária)</i>				
<b>Programa de repatriamento voluntário e organizado</b>				
Repatriação angolanos refugiados	N.º	—	360 842	400 000
Assistir a pessoas em situação de vulnerabilidade (pobreza extrema)	N.º	—	256 240	1 000 000
Facilitar o reassentamento e reintegração de cidadãos retornados ...	N.º	—	259 146	330 000
<i>(Subprogr. geral de desmobilização e reintegração)</i>				
<b>Programa geral de desmobilização e reintegração (PGDR):</b>				
Projectos aprovados ...	N.º	—	72	—
Projectos em implementação ...	—	—	52	—
N.º de beneficiários dos projectos em implementação ...	N.º	—	41 753	239 788
<b>Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra</b>				
<i>(Subp. nac. integração ex-militares deficientes de guerra)</i>				
Recenseamento dos cidadãos abrangidos pela Lei n.º 13/02 ...	N.º	—	6177	—
Moradias no Município de Viana ...	Unid.	50	—	50
Reabilitação de residências ...	Unid.	—	4	4

Fonte: Ministérios da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra.



Constata-se que a reunificação de famílias, o repatriamento de angolanos refugiados e o reassentamento e reintegração auto-sustentados de famílias são programas bem sucedidos, prevendo-se que atinjam os 100% de execução prevista para o biênio em 2006.

Igualmente bem encaminhadas estão as acções de construção de novos PIC, com 46% de execução, e a colocação de crianças em instituições de assistência e protecção, com 66% de execução em 2005, prevendo-se, também, que sejam atingidas as metas previstas para o biênio 2005-2006.

#### Programa nacional de desminagem

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsto
<b>Ministério da Assist. e Reins. Social</b>				
Constituição de brigadas de sapadores	Unid.	44	27	44
Área limpa	Km <sup>2</sup>	—	14	20 000
Estradas limpas	Km	—	668	407
Minas anti-pessoal destruídas	N.º	—	4740	6240
Minas anti-tanque destruídas	N.º	—	358	595
Engenhos não detonados destruídos	N.º	—	3942	19 233
Campos de minas identificados (4550 campos)	N.º	4589	—	—
Campos de minas limpos	N.º	1820	—	80

Fonte: Ministério da Assistência e Reinscrição Social.

As acções no âmbito da desminagem decorrem a bom ritmo. Confirmam-no os 668 km de estradas limpas e as 4.740 minas anti-pessoais destruídas e o facto de 40% dos campos de minas identificados estarem limpos. A previsão da duplicação das brigadas de sapadores será um contributo decisivo para a aceleração de todo o processo de desminagem.

As taxas de execução do investimento público consideram-se satisfatórias. Todavia, é importante ressaltar que a parte mais substancial das acções levadas a cabo no âmbito deste Programa Integrado não estão reflectidas no PIP, visto que são consideradas Despesas Correntes. Mas a sua importância e dimensão têm reflexo nos indicadores de resultados.

#### 7.3.3 — Metas 2007-2008:

A realização dos objectivos definidos passa por atingir metas concretas que se definem como possíveis de serem alcançadas no decurso do Programa Geral do Governo para 2007-2008.

#### Programa especial de assistência e reinscrição social

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008*
<b>Minis. da Assistência e Reins. Social</b> (Subp. geral reassen. reinteg. social pessoas e famílias)			
Construção novos PIC (programas infantis comunitários)	Unid.	—	360
N.º de crianças beneficiárias	N.º	—	90 000
Aquisição de kits p/educadores e vigilantes de infância	N.º	—	5400
Reunificação e colocação nas famílias	N.º	—	1500
Melhoramento do nível nutricional de crianças entre 0 e 2 anos	N.º	—	20 000
Colocação de crianças entre os 0 e 5 anos órfãs em novas famílias	N.º	—	10 000
Capacitação de técnicos especializados delinqüência e recup. de menores	N.º	—	—
Crianças em instituições de assistência e protecção	N.º	—	—
Assistência a crianças com necessidades de protecção especial	—	1 000 000	1 000 000
Assistência a crianças de e na rua	N.º	1400	1400
Acções de construção e auto-construção dirigida	Unid.	—	414
N.º de jovens beneficiados	N.º	—	400
(Subp. reab. const. apetrech. centros comunitários e assistência social)			
Const., reab., apetrech. de centros comunitários (lares)	Unid.	—	—
N.º de famílias beneficiárias	N.º	—	10 000
Apetrechamento de lares de atendimento a pessoas idosas	Unid.	—	8
N.º de beneficiários (assist. social a pessoas idosas internadas em lares)	—	—	1566
Garantir ocupação tempos livres a pessoas idosas integr. nas comunidades	N.º	—	190 242
Reabilitar e integrar pessoas portadoras de deficiência (PPD)	N.º	—	11 700
Pessoas portadoras de deficiência integralmente reabilitadas	N.º	—	2500
(Subprog. de assistência humanitária)			
Programa de repatriamento voluntário e organizado:			
Repatriação de angolanos refugiados	N.º	—	—
Integração refugiados asilados em Angola nas comunidades acolhedoras	N.º	—	13 000
Assistir a pessoas em situação de vulnerabilidade (pobreza extrema)	N.º	—	1 500 000
Facilitar o reassentamento e reintegração de cidadãos retornados	N.º	—	360 842
(Subprog. geral de desmobilização e reintegração)			
Programa geral de desmobilização e reintegração (PGDR):			
Projectos aprovados	N.º	—	—
Projectos em implementação			
N.º de beneficiários dos projectos em implementação	N.º	—	138 000
Reintegração de ex-militares não abrangidos pelo PGDR	N.º	—	131 547
<b>Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra</b> (Subp. nac. de integração de ex-militares e deficientes de guerra)			
Recenseamento dos cidadãos abrangidos pela Lei n.º 13/02	N.º	15 000	12 000
Pessoas portadoras de deficiência integralmente reabilitadas	N.º	2500	2500
Moradias na Comuna do Ramiro	Unid.	—	50

Fonte: Ministérios da Assistência e Reinscrição Social e dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra.

\*Valores para o biênio 2007-2008.

Posto que no anterior biénio (2005-2006), o repatriamento dos refugiados, o reassentamento e a reunificação de famílias foram objectivos alcançados com êxito, as metas para 2007-2008 reflectem uma reorientação nas prioridades: reforço e intensificação das acções e dos cuidados orientados para a infância e os idosos; continuidade na reintegração de ex-militares; e reabilitação e integração social e económica do elevado número de deficientes. Neste quadro, sobressai, a necessidade de assistência humanitária às famílias em situação de grande vulnerabilidade.

Dos indicadores e metas que constam do quadro anterior, destacam-se, nas diferentes áreas de actuação, os seguintes: melhorar o nível nutricional de 20 000 crianças entre os 0 e os 2 anos; 10 000 famílias beneficiarão de centros comunitários que foram, entretanto, adaptados ou construídos; cerca de 190 000 idosos estarão envolvidos em actividades de ocupação dos tempos livres; prevê-se a reabilitação de 11 700 pessoas portadoras de deficiência e a assistência a 1 500 000 cuja situação sócio-económica se enquadre no estado de «pobreza extrema»; 131 547 ex-militares dos processos históricos de Bicesse, Lusaka e outros, beneficiarão, no âmbito da Reconciliação Nacional, de projectos de integração social, económica e profissional adaptados à situação de cada grupo de desmobilizados.

#### Programa nacional de desminagem

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Assist. e Reins. Social</b>			
Constituição de brigadas de sapadores	Unid	44	—
Área limpa...	Km <sup>2</sup>	24 000	30 000
Minas anti-pessoal a destruir	N.º	9500	11 000
Minas anti-tanque a destruir	N.º	750	950
Engenhos não detonados a destruir	N.º	23 000	30 000
Estradas a desminar	Km	1222	1628
Campo de minas a limpar	N.º	250	300
Linhas de transporte de energia a desminar	Km	820	536
Caminhos de ferro a desminar	Km	930	—

Fonte: Ministério da Assistência e Reinscrição Social (MINARS).

No âmbito da desminagem, durante o biénio 2007-2008, o Governo constituirá 44 brigadas de desminagem, sendo uma brigada de inspecção, supervisão e controlo de qualidade das operações e 43 de desminagem.

#### 7.3.4 — Medidas de política:

O Programa para o biénio 2007-2008 é de continuidade face ao PGG em curso e reflecte os objectivos contidos na Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro, a Lei de Bases da Protecção Social. Parte das políticas a implementar de forma a atingir os objectivos definidos já se encontram em curso, enquanto outras são agora introduzidas. Para as áreas mais significativas destacamos as principais medidas de política:

Programas	Medidas de política essenciais
Programa especial de assistência e reinserção social	<p>Apoiar a criança e o adolescente, através da expansão e desenvolvimento da primeira infância e educação pré-escolar, da localização e reunificação familiar e de um programa de apoio ao menor em conflito;</p> <p>Implementar a agenda social para as crianças de e na rua, através de um conjunto integrado de medidas, como sejam a sua reintegração no seio familiar e comunitário e o desenvolvimento de acções de formação escolar e profissional;</p> <p>Promover a assistência social às pessoas em situação de vulnerabilidade, à pessoa idosa e apoiar as famílias em situação de pobreza;</p> <p>Promover a melhoria da assistência aos idosos nos centros sociais e lares de 3.ª idade;</p> <p>Reintegrar os ex-militares nas suas comunidades;</p> <p>Promover a igualdade de oportunidades à pessoa portadora de deficiência e incentivar a sua integração na comunidade.</p>
Programa nacional de desminagem	<p>Continuar a execução do programa nacional de desminagem;</p> <p>Inspeccionar, limpar e desminar as áreas de interesse para as populações e destruição (neutralização) de eventuais engenhos explosivos;</p> <p>Inspeccionar, limpar e desminar as vias rodoviárias principais, secundárias e terciárias e ferroviárias para a interligação das localidades do interior, bem como as linhas de transporte de energia de alta tensão;</p> <p>Inspeccionar, limpar e desminar as fontes de água e das áreas agrícolas prioritárias;</p> <p>Limitar (vedar) as áreas tidas como contaminadas, cuja desminagem deverá ser feita a longo prazo;</p> <p>Criar mecanismos, por parte dos diferentes ministérios, com o envolvimento dos governos provinciais, para a desminagem dos objectivos económico-estratégicos, visando a reconstrução nacional e o apoio ao processo eleitoral;</p> <p>Promover a educação das populações sobre o risco de minas.</p>

## 7.3.5 Programação financeira do investimento público para o biénio 2007-2008:

## Programa Integrado de assistência social

Programa Organismo responsável Estado dos projectos	Proposta para o biénio 2007-2008		
	2007	2008	Total
<b>Programa especial de assistência e reinserção social</b>			
<b>Reassentamento e reintegração de pessoas e famílias(*)</b>			
Ministério da Assistência e Reinserção Social .....	—	60 000,00	60 000,00
Em curso .....	—	—	—
Novos .....	—	60 000,00	60 000,00
<b>Subprograma de integração de ex-militares e deficientes de guerra</b>			
Ministério da Assistência e Reinserção Social .....	13 886 181,00	—	13 886 181,00
Em curso .....	—	—	—
Novos .....	13 886 181,00	—	13 886 181,00
<b>Subprograma de reabilitação, construção e apetrechamento de centros comunitários de assistência social</b>			
Ministério da Assistência e Reinserção Social .....	441 000,00	—	441 000,00
Em curso .....	441 000,00	—	441 000,00
Novos .....	—	—	—
<b>Subprograma de assistência humanitária(*)</b>			
Ministério da Assistência e Reinserção Social .....	—	972 375,00	972 375,00
Em curso .....	—	—	—
Novos .....	—	972 375,00	972 375,00
<b>Programa nacional de desminagem(*)</b>			
Ministério da Assistência e Reinserção Social .....	—	223 000,00	223 000,00
Em curso .....	—	—	—
Novos .....	—	223 000,00	223 000,00

Fonte: Ministério do Planeamento — Direcção Nacional do Investimento.

(\*) Os valores dos programas assinalados com asterisco só contemplam os subprogramas de investimento público.

#### 7.4 — Programa Integrado de Reforma da Administração e Capacitação Institucional:

##### 7.4.1 - Âmbito do Programa Integrado:

O «Restabelecimento da Administração do Estado em todo o Território Nacional» é condição para um «Desenvolvimento Equilibrado do Território». Para o efeito, os programas, as acções e projectos que constituem o Programa Integrado de Reformas da Administração e Capacitação Institucional perspectivam uma administração efectiva, activa e próxima das populações.

Dão corpo ao Programa Integrado de Reformas da Administração e Capacitação Institucional os seguintes programas e subprogramas:

Programa de Reforma da Administração do Estado e de Capacitação Institucional (\*\*):

Subprograma de reforma da administração pública;  
Subprograma de capacitação institucional dos organismos da administração do Estado;  
Subprograma de capacitação dos recursos humanos;  
Subprograma de modernização das finanças públicas.

Programa de desconcentração e descentralização administrativas (\*\*)

Subprograma de normalização da administração local do Estado;  
Subprograma de capacitação dos recursos humanos.

Programa de reforma e capacitação institucional da Justiça (\*\*)

Subprograma de reforma da administração da Justiça.

Programa de reforma do sistema estatístico nacional (\*\*)

Subprograma do reforço do sistema estatístico nacional.

Programa de reabilitação e construção das infra-estruturas administrativas (*)
Programa de estruturação das Forças de Defesa e Segurança (*)
Subprograma de reabilitação, construção e equipamento das infra-estruturas e alojamento das Forças de Defesa e Segurança;
Subprograma de reabilitação, construção e equipamento das infra-estruturas dos serviços prisionais;
Subprograma de reabilitação, construção e equipamento das infra-estruturas dos serviços de bombeiros;
Subprograma de equipamento das Forças de Defesa e Segurança.
Programa de criação das condições materiais e técnicas para realização de eleições gerais (**)
Subprograma de preparação e realização de eleições gerais.
Programa de reforma do sector empresarial do Estado (**)

(\*) Programas e subprogramas que se enquadram na vertente «construção, reabilitação, equipamento e reapetrechamento de infra-estruturas» — Investimento.

(\*\*) Programas e subprogramas que se enquadram na vertente «melhorar os resultados da prestação dos serviços».

**7.4.2 — Resultados (2005 e 1.º trimestre 2006):**

O Programa Integrado de Reformas da Administração e Capacitação Institucional tem características que o distinguem dos outros Programas Integrados. É um programa que contempla um conjunto de reformas direccionadas para a melhoria da prestação dos serviços nucleares da Administração do Estado, aos níveis Central e Local. Genericamente, os resultados alcançados em 2005 e agora passados em revista, são mais de ordem descritiva e qualitativa do que quantitativa.

**Programa de reforma da administração do Estado e de capacitação institucional**

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsão
Mín. da Adm. P. Emp. e Seg. Social (Subp. de reforma da adm. pública)				
(Subp. de capacitação inst. organ. administração pública)				
Organismos do Estado c/ gestão informatizada de recursos humanos ...	%	—	—	50
(Subp. de capacitação e valorização dos recursos humanos)				
Plano geral de formação funcionários públicos:				
N.º de funcionários formados e capacitados ...	N.º	1000	1592	1800

<b>Resultados em 2005:</b>
Realização da 1.ª fase da revisão da orgânica dos serviços públicos centrais do Estado;
Desenvolvimento do sistema integrado de gestão de recursos humanos (cont.);
Início construção da Escola Nacional de Administração Pública;
Início do processo de promoções e nomeações de acordo com o novo enquadramento legal;
Projecto de criação do SIAC — Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão;
Projecto de diploma legal que institui o «prémio de qualidade» no serviço público.

Fonte: Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS)

**Programa de desconcentração e descentralização administrativas e reposição da administração em todo o País**

Organismo responsável Subprograma Indicadores	Resultados PGG 2005-2006		
	2005		2006
	Previstos	Alcançados	Previsão
Ministério da Administ. do Território (Subp. normal. da adm. local do Estado)			
Criação de autarquias locais (experiência piloto) ...	—	—	4)
(Subp. formação e capacitação de RH)			
Cursos form. administradores, responsáveis e técnicos administ. local:			
N.º de cursos ...	4	1	4
N.º de participantes nos cursos ...	240	52	227

Fonte: Ministério da Administração do Território.

A reposição e consolidação da Administração do Estado, uma das prioridades para aproximar a administração do cidadão, têm sido gradualmente levadas a bom termo. Nos casos de mais difícil acessibilidade as administrações instalaram-se em áreas muito próximas da jurisdição a que dizem respeito.

**Programa de reforma e capacitação institucional da justiça**

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsão
Ministério da Justiça (Subprograma de reforma administrativa da justiça)				
(Elaboração e revisão da legislação)	N.º	6	12	12
N.º de códigos elaborados ...	N.º	1	1	—
N.º de códigos aprovados ...	N.º	—	—	1



Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsto
(Recursos humanos - formação profissional - programa PIR-PALOP)				
N.º de acções de formação ...	N.º	9	9	3
N.º de funcionários formados e capacitados. ....	N.º	186	184	99
(Criação de infra-estruturas)				
Reabilitação de palácios de justiça provinciais ...	Unid.	1	—	4
Construção de palácios de justiça provinciais ...	Unid.	—	—	—
Palácios municipais de justiça ...	Unid.	—	—	—
Tribunal constitucional ...		1	—	1
Infra-estruturas para internamento de menores ...	Unid.	1	—	1
Capacidade de internamento (n.º de menores) ...	N.º	—	—	16
N.º de bilhetes de identidade emitidos	N.º	—	475 565	1 068 000

**Resultados em 2005:**

Cerca de 20 projectos de lei estão em elaboração;  
Conservatórias do Registo Civil, delegações provinciais e tribunais provinciais, varas cíveis e palácio da justiça, foram objecto de intervenção de reabilitação;

Fonte: Ministério da Justiça.

**Programa de reforma do sistema estatístico nacional****Resultados em 2005:**

Realização do inquérito à produção industrial, referente aos anos de 2003 e 2004;  
Publicação mensal da nota de imprensa e do boletim índice de preços ao consumidor de Luanda;  
Publicação do anuário estatístico do comércio externo, referente ao ano de 2004;  
Publicação dos resultados definitivos do recenseamento de empresas e estabelecimentos, referente ao ano de 2002;  
Publicação do directorio de empresas;  
Publicação e divulgação da classificação de actividades económicas (CAE);  
Classificação nacional de bens e serviços (CNBS);  
Instalação de núcleos do INE em 8 províncias;  
Formação contínua dos técnicos do Instituto Nacional de Estatística.

**Previsto de resultados em 2006:**

Realização do inquérito à produção industrial, referente aos anos de 2005;  
Publicação mensal da nota de imprensa e do boletim índice de preços ao consumidor de Luanda;  
Publicação do anuário estatístico do comércio externo, referente ao ano de 2005;  
Início da implementação do projecto de desenvolvimento das contas nacionais (SCN93);  
Início da implementação do projecto da cartografia censitária;  
Realização do inquérito de indicadores básicos de bem-estar, incluindo emprego e desemprego (QUIBB);  
Realização do inquérito anual harmonizado à empresa, referente aos anos de 2003 e 2004;  
Preparação do ante-projecto do programa global do recenseamento geral da população e habitação;  
Formação contínua dos técnicos do Instituto Nacional de Estatística.

Fonte: INE — Ministério do Planeamento.

**Programa de reabilitação e construção das infra-estruturas administrativas**

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsto
Ministério das Obras Públicas				
Reab. e const. de infra-estruturas administrativas ...	Unid.	—	10	27

Fonte: Ministério das Obras Públicas

**Programa de estruturação das forças de defesa e segurança**

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Resultados PGG 2005-2006		
		2005		2006
		Previstos	Alcançados	Previsto
Ministério da Interior				
Reab. e const. de delegações provinciais do Ministério do Interior ...	Unid.	—	—	1
Reab. e const. de cadeias ...	Unid.	—	—	2
Reab. e const. de unidades de bombeiros ...	Unid.	—	—	1
Const. de postos fronteiriços ...	Unid.	—	—	—
Const. direcções prov. serviço migração estrangeiro ...	Unid.	—	—	—
Const. centro de estrangeiros ilegais	Unid.	—	—	1

Fonte: Ministérios do Interior e da Defesa

O quadro acima configura um novo Programa que não foi contemplado no PGG 2005-2006.

**Programa de reforma do sector empresarial do Estado****Resultados em 2005:**

Definiram-se medidas para diminuir a dependência do O.G.E. das empresas dos sectores da energia e águas;  
Melhorados os mecanismos de acompanhamento das empresas da comunicação social (pela tutela e Ministério das Finanças MINFIN);  
Realizado o estudo diagnóstico no âmbito do projecto de definição de uma nova política para o sector público empresarial.

Fonte: Ministério das Finanças.

Em matéria de investimento público as taxas de execução ficaram aquém do previsto. Porém, não reflectem, como já foi mencionado, a actividade que os sectores que constituem o programa integrado de reformas da administração e capacitação institucional concretizaram numa vertente mais qualitativa e não representada no Programa de Investimento Público.

**7.4.3 — Metas 2007-2008:**

As metas para 2007-2008 visam dar continuidade ao «PGG para o biénio 2005-2006».

**Programa de reforma da administração do Estado  
e de capacitação institucional**

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Adm. Públ. Emprego e Segurança Social</b> <i>(Subp. reforma da administração pública)</i> <i>(Subp. capac. instituc. organ. admin. pública)</i>			
Organismos do Estado c/gestão infor- matizada de recursos humanos ... .. %		100	N.D.
<i>(Subp. capac. valorização dos RH)</i>			
Plano geral de formação de funcioná- rios públicos N.º de funcionários formados e capaci- tados ... ..		4500*	6000**
<i>(Subp. e modernizac. das finan. públicas)</i> <i>(Outros subprogramas)</i>			
Organismos púb. com website próprio, alojados em domínio exclusivo para o efeito ... .. %		—	100
Estabelecimentos de ensino superior conectados à internet ... .. %		100	—
Organismos públicos com atendimento via telefone ... .. %		—	20
<i>(Valorização do serviço público)</i>			
Criação do serviço integrado de aten- dimento ao cidadão — SIAC*** ... ..		1	—

Fonte: Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

\* Nas modalidades de formação em salas e autoformação;

\*\* Nas modalidades de formação em salas, autoformação e a distância;

\*\*\* Organismos da administração central do Estado.

**Programa de desconcentração e descentralização  
administrativas e reposição da administração  
em todo o País**

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Administ. do Território</b> <i>(Subp. de normalização da adm. local do Estado)</i>			
Diplomas sobre a descentralização administrativa ... ..		—	—
Criação de autarquias locais (experien- cia piloto) ... ..		—	—
<i>(Subp. formação e capacitação de RH)</i>			
Cursos form. administradores, respon- sáveis e técnicos da administ. local N.º de cursos ... ..		4	4
N.º de participantes nos cursos ... ..		240	240

Fonte: Ministério da Administração do Território.

**Programa de reforma e capacitação institucional  
da justiça**

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Justiça</b> <i>(Subprogr. de reforma da administração da Justiça)</i>			
Elaboração e revisão da legislação N.º de diplomas aprovados ... ..		12	—
N.º de códigos elaborados ... ..		4	—
N.º de códigos aprovados ... ..		—	4
<i>(Recursos humanos - formação profissio- nal - programa PIR - PALOP)</i>			
N.º de acções de formação ... ..		5	8
N.º de funcionários formados e capaci- tados ... ..		120	150
<i>(Criação de infra-estruturas)</i>			
Reabilitação de palácios de justiça pro- vinciais ... .. Unid.		3	3
Construção de palácios de justiça pro- vinciais ... .. Unid.		4	4
Palácios municipais de justiça ... .. Unid.	43 pela linha crédito China	—	—
Tribunal constitucional ... .. Unid.		—	—
Infra-estruturas para internamento de menores ... .. Unid.		—	—
Capacidade de interna. (n.º de menores )		20	40
N.º de bilhetes de identidade emitidos		2 505 976	3 943 952

Fonte: Ministério da Justiça.

**Programa de reforma do sistema estatístico  
nacional**

No Programa de Reforço do Sistema Estatístico Nacional estão previstas actividades que pela sua especificidade assumem predominantemente um carácter descritivo.

**Metas 2007-2008:**

Actualização da cartografia censitária (principais cidades de Angola);  
Produção de estimativas do Produto Interno Bruto (PIB) na óptica da produção e da despesa;  
Publicação dos resultados definitivos do inquérito de indicadores básicos de bem-estar (QUIBB);  
Publicação mensal da nota de imprensa e do boletim índice de preços no consumidor de Luanda;  
Publicação trimestral do índice de preços no consumidor agregado (Luanda, Benguela, Cabinda, Lubango, Namibe e Ondjiva);  
Publicação trimestral e anual das estatísticas do comércio externo;  
Publicação trimestral e anual do índice de produção industrial;  
Realização do 2.º inquérito de despesas e receitas dos agregados familiares.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

**Programa de reabilitação das infra-estruturas administrativas**

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério das Obras Públicas</b>			
Reabilitação e construção de infra-estruturas administrativas (*) .....	Unid.	113	121

(\*) O número elevado de infra-estruturas a reabilitar e construir corresponde a 40 projectos em curso e 194 em carteira.

Fonte: Ministério das Obras Públicas.

**Programa de estruturação das forças de defesa e segurança**

Organismo responsável Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério da Defesa</b>			
<b>Ministério do Interior</b>			
Reabilitação e construção de delegações provinciais do Ministério do Interior	Unid.	—	8
Reabilitação e construção de cadeias...	Unid.	—	7
Reab. e const. de unidades de bombeiros	Unid.	—	7
Construção de postos fronteiriços ...	Unid.	—	23
Const. de direcções prov. de serviço de migração e estrangeiro .....	Unid.	—	12
Const. centro estrangeiros ilegais ...	Unid.	—	—

Fonte: Ministérios do Interior e da Defesa.

**7.4.4 — Medidas de política:**

O Programa Integrado de Reformas e Capacitação Institucional reforça a dinâmica da «consolidação da paz e da reconciliação nacional» ao mesmo tempo que constitui um dos suportes para a «consolidação do processo democrático».

Programas	Medidas de política essenciais
Programa de reforma da administração do Estado e de capacitação institucional	<p>Promover a melhoria das competências e qualificação profissional dos trabalhadores da administração pública, assegurando, nomeadamente, a criação da Escola Nacional da Administração Pública;</p> <p>Assegurar a continuidade do plano geral de formação dos funcionários públicos;</p> <p>Garantir a continuidade da implementação do sistema integrado de gestão de recursos humanos;</p> <p>Criar o Serviço Integrado de Apoio ao Cidadão (SIAC);</p> <p>Promover a governação electrónica para reforçar a capacidade de serviço público a toda a população;</p> <p>Modernizar a plataforma tecnológica comum da administração pública central e da administração pública provincial;</p> <p>Implementar um projecto transversal do portal do Governo que agregue funcionalidades, comunicações e websites de vários ministérios.</p> <p>Construir as redes Aroenet e Uninet.</p>

Programas	Medidas de política essenciais
Programa de desconcentração e descentralização administrativa	<p>Dar continuidade aos projectos de diplomas relativos à desconcentração administrativa e financeira;</p> <p>Dar continuidade à experiência piloto para a criação de autarquias locais;</p> <p>Mantiver o normal funcionamento da administração local do Estado, através da reabilitação e construção de infra-estruturas administrativas;</p> <p>Promover a qualificação e competências do pessoal da administração local, executando o respectivo programa de formação.</p>
Programa de reforma e capacitação institucional da justiça	<p>Rever a Lei do Sistema Unificado de Justiça e demais legislação;</p> <p>Assegurar a revisão de legislação fundamental, tal como códigos penal e civil, processo civil e processo penal e códigos de registo civil e notariado e elaborar o código de processo de trabalho;</p> <p>Melhorar as condições materiais e técnicas dos serviços de justiça;</p> <p>Capacitar o sector através da formação e superação dos técnicos de justiça</p> <p>Melhorar o nível de informatização dos serviços de justiça, adquirindo os meios informáticos e outros equipamentos de especialidade;</p> <p>Criar as condições necessárias para garantir o Estado de Direito, nomeadamente, moralizando a administração da justiça e melhorando o acesso à justiça ao maior número de cidadãos.</p>
Programa de reforma do sistema estatístico nacional	<p>Promover o desenvolvimento da actividade estatística oficial com base em planos estratégicos de estatística, em linha com os programas e estratégias nacionais de desenvolvimento e necessidades dos utilizadores da informação estatística oficial;</p> <p>Assegurar as correspondentes condições necessárias ao reforço das capacidades técnica e operacional dos órgãos produtores de estatísticas oficiais, em particular do Instituto Nacional de Estatística de Produção Estatística Oficial;</p> <p>Promover a construção de infra-estruturas físicas necessárias ao funcionamento dos serviços centrais do Instituto Nacional de Estatística (INE) e dos serviços provinciais do INE (SPINE);</p> <p>Estimular a cooperação estatística oficial, tanto no plano bilateral como no plano multilateral;</p> <p>Garantir as condições necessárias à realização do recenseamento geral dos cidadãos (censo da população e habitação) durante a ronda censitária 2010.</p>
Programa de reabilitação e construção das infra-estruturas administrativas	<p>Melhorar as condições de funcionamento material e técnico dos serviços da administração pública, central e local.</p>
Programa de estruturação das forças de defesa e segurança	<p>Melhorar as condições de infra-estruturas para as forças de defesa e segurança;</p> <p>Melhorar as condições de funcionamento e as infra-estruturas dos serviços prisionais e dos serviços de bombeiros;</p> <p>Equipar as forças de defesa e segurança.</p>
Programa de criação, condições materiais e técnicas para realização de eleições gerais	<p>Assegurar as condições necessárias à realização do pleito eleitoral;</p> <p>Promover e concluir o registo eleitoral dos cidadãos;</p> <p>Dar continuidade à campanha de educação cívica para o registo eleitoral.</p>
Programa de reforma do sector empresarial do Estado	<p>Promover a privatização de empresas públicas não estratégicas e reestruturar as estratégicas, em conformidade com os estudos, legislação e demais orientações elaborados para o efeito.</p>

**7.4.5. Programação financeira do investimento público para o biénio 2007-2008:**

Neste ponto apresenta-se uma síntese do esforço financeiro na área do investimento público para o biénio 2007-2008.

**Programa Integrado de reformas e capacitação institucional**

Unidade Kz: 1000

Programa (*) Organismo responsável Estado dos projectos	Proposta para o biénio 2007-2008		
	2007	2008	Total
<b>Programa de reforma da administração do Estado e de capacitação institucional (*)</b>			
Vários ministérios .....	7 035 787,00	2 046 805,00	9 082 592,00
Em curso .....	6 200 251,00	1 018 228,00	7 218 479,00
Novos .....	835 536,00	1 028 577,00	1 864 113,00
Ministério do Planeamento .....	2 731 251,00	937 355,00	3 668 606,00
Em curso .....	2 731 251,00	937 355,00	3 668 606,00
Novos .....	—	—	—
<b>Programa de reforma e capacitação institucional da justiça (*)</b>			
Ministério da Justiça .....	44 621,00	—	44 621,00
Em curso .....	—	—	—
Novos .....	44 621,00	—	44 621,00
<b>Programa de reforma do sistema estatístico nacional (*)</b>			
Ministério das Obras Públicas .....	440 000,00	1 320 000,00	1 760 000,00
Em curso .....	—	—	—
Novos .....	440 000,00	1 320 000,00	1 760 000,00
<b>Programa de desconcentração e descentralização administrativas (*)</b>			
Ministério da Administração do Território .....	592 275,00	434 410,00	1 026 685,00
Em curso .....	288 000,00	288 000,00	576 000,00
Novos .....	304 275,00	146 410,00	450 685,00
<b>Programa de reabilitação das infra-estruturas administrativas (*)</b>			
Vários ministérios e governos provinciais .....	24 100 897,00	12 730 394,00	36 831 291,00
Em curso .....	16 685 360,00	9 181 995,00	25 867 355,00
Novos .....	7 415 537,00	3 548 399,00	10 963 936,00
<b>Programa de estruturação das forças de defesa e segurança (*)</b>			
Vários ministérios e governos provinciais .....	18 295 738,00	522 394,00	18 818 132,00
Em curso .....	16 298 938,00	16 827,00	16 315 765,00
Novos .....	1 996 800,00	505 567,00	2 502 367,00
<b>Programa das cond. materiais e técnicas para realização de eleições gerais (*)</b>			
Ministério da Administração do Território — Comissão Nacional de Eleições (CNE) .....	77 524,00	—	77 524,00
Em curso .....	77 524,00	—	77 524,00
Novos .....	—	—	—

Fonte: Ministério do Planeamento — Direcção Nacional do Investimento.

Ministérios sectoriais — Gabinetes de Estudo e Planeamento.

(\*) Os valores dos programas assinalados com asterisco só contemplam os subprogramas de investimento público.

**7.5 — Programa Integrado de habitação, urbanismo, saneamento básico e ambiente:****7.5.1 — Âmbito do Programa Integrado**

A designação deste Programa Integrado remete para o lado visível e, em muitos casos, para alguns dos problemas mais candentes e a exigir soluções urgentes do tecido urbano e do meio rural. Daí que os programas identificados sejam os seguintes:

Programa de desenvolvimento habitacional.

Programa de resolução de questões ambientais extraordinárias:

Subprograma de combate às ravinas.

Subprograma de combate à desertificação.

Programa de ordenamento, urbanismo e ambiente.

O foco, como é reconhecido no PGG 2005-2006, é o ordenamento do território, numa perspectiva de desenvolvi-





## 7.5.3 — Metas 2007-2008:

As principais metas a prosseguir pelo Programa Integrado, no período 2007-2008, serão as que a seguir se apresentam.

## Programa de desenvolvimento habitacional

Organismo responsável Subprograma Indicadores	U.M.	Metas	
		2007	2008
<b>Ministério do Urbanismo e Ambiente Gabinete de Obras Especiais (GOE) Ministério das Obras Públicas</b> <i>(Infra-estruturas de apoio à construção de habitação)</i>			
Infra-estruturas da Vila Camama	—	—	—
Para residências de renda elevada ...	Unid.	—	6060
Para residências de renda média ...	Unid.	—	18 480
<i>(Construção de habitação)</i>			
Construção de casas sociais ...	Unid.	—	5130
Construção de casas bauer tipo C ...	Unid.	497	800
Construção de residências (Projecto Nova Vida) ...	Unid.	857	939
Construção das infra-estruturas do Pan- guila:			
Construção das casas do Panguila ...	Unid.	600	700
<i>(Disponibilização de habitação social)</i>			
N.º de famílias beneficiadas (a) ...	—	—	4400

(a) Das 4400 famílias, 1000 são de Luanda e as outras 3400 são distribuídas pelas outras 17 províncias.

Fonte: Ministérios do Urbanismo e Ambiente e Obras Públicas.

Relativamente ao Programa de Desenvolvimento Habitacional será dada continuidade à infra-estruturação de zonas para construção de habitação.

## 7.5.4 — Medidas de política:

As medidas de política preconizadas para o período 2007-2008 dão continuidade às definidas para o actual biénio, já que os pressupostos e objectivos, no essencial, se mantêm. Entre elas destacamos:

Programas	Medidas de política essenciais
Programa de desenvolvimento habitacional	Elaborar planos de intervenção no domínio habitacional, através da concertação da actuação dos Ministérios das Obras Públicas, Urbanismo e Ambiente e Governos Provinciais; Fomentar a habitação, construindo as infra-estruturas básicas e continuar as acções no âmbito do realojamento das famílias a deslocar das zonas de intervenção destes projectos; Promover o apoio financeiro à construção habitacional e à recuperação da habitação degradada; Construir e instalar infra-estruturas de base e de saneamento nas novas habitações; Promover a construção por parte de empresas, cooperativas e outras entidades, de novos «fogos» para trabalhadores.
Programa de resolução de questões ambientais extraordinárias	Assegurar o combate à desertificação; Reabilitar os sistemas de saneamento dos grandes aglomerados, de acordo com planos directores urbanos; Elaborar os planos e projectos de macro e micro drenagem para todas as cidades capitais provinciais, com o apoio dos Ministérios das Obras Públicas e do Urbanismo e Ambiente.
Programa de ordenamento, urbanismo e ambiente (áreas não incluídas nos outros programas)	Elaborar os instrumentos de ordenamento do território nacional (planos directores municipais e planos reguladores); Executar o programa de elaboração de cartografias/diversas temáticas; Constituir o cadastro nacional de terras; Modernizar a rede geodésica nacional; Melhorar as condições de gestão ambiental, promovendo, de forma faseada a implementação do programa nacional de gestão ambiental; Incentivar a educação e consciencialização ambiental das populações, executando o programa de educação e consciencialização ambiental; Promover a reabilitação e criação de parques nacionais; Criar as condições necessárias à participação do sector privado na área do ambiente em vários domínios, seja na gestão dos resíduos, seja na gestão dos parques, etc; Identificar e delimitar as zonas húmidas.

## 7.5.5. Programação financeira do investimento público para o biénio 2007-2008

## Programa Integrado de habitação, urbanismo, saneamento básico e ambiente

Programa (*) Organismo responsável Estado dos projectos	Proposta para o biénio 2007-2008		
	2007	2008	Total
<b>Programa de desenvolvimento habitacional (*)</b>			
Várias instituições	29 497 495,00	7 104 703,00	36 602 198,00
Em curso	26 128 982,00	5 376 064,00	31 505 046,00
Novos	3 368 513,00	1 728 639,00	5 097 152,00
<b>Programa de resolução de questões ambientais extraordinárias (*)</b>			
<b>Subprograma de combate à desertificação</b>			
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	347 704,00	42 750,00	390 454,00
Em curso	347 704,00	42 750,00	390 454,00
Novos	—	—	—
<b>Subprograma de combate às ravinas (*)</b>			
Ministério das Obras Públicas	410 100,00	352 000,00	762 100,00
Em curso	410 100,00	352 000,00	762 100,00
Novos	—	—	—

Programa(*) Organismo responsável Estado das projectas	Proposta para o biénio 2007-2008		
	2007	2008	Total
<b>Programa de ordenamento, urbanismo e ambiente (*)</b> <i>(Áreas não incluídas nos outros programas — reforço institucional, saneamento básico, recursos naturais, etc.)</i>			
Ministério do Urbanismo e Ambiente .....	2 098 475,00	1 647 554,00	3 746 029,00
Em curso .....	2 098 475,00	1 629 109,00	3 727 584,00
Novos .....	—	18 445,00	18 445,00
Gabinetes de Obras Especiais (GOE) .....	178 719,00	—	178 719,00
Em curso .....	178 719,00	—	178 719,00
Novos .....	—	—	—
Ministérios das Obras Públicas .....	8 688 578,00	5 269 947,00	13 958 525,00
Em curso .....	4 923 336,00	2 355 898,00	7 279 234,00
Novos .....	3 765 242,00	2 914 049,00	6 679 291,00

Fonte: Ministério do Planeamento — Direcção Nacional do Investimento.  
Ministérios sectoriais — Gabinetes de Estudo e Planeamento.

(\*) Os valores dos programas assinalados com asterisco só contemplam os subprogramas de investimento público.

## 7.6 — Programa Integrado do Sistema Financeiro:

### 7.6.1 — Âmbito do Programa Integrado:

O Programa Integrado do Sistema Financeiro enquadra o conjunto de medidas e acções de carácter legal, organizacional e político, necessárias para dotar o País de um sistema financeiro moderno e dinâmico que seja um contributo determinante para o desenvolvimento económico e social.

O âmbito e estrutura deste programa é o seguinte:

#### Programa do sistema financeiro:

- Subprograma de desenvolvimento do mercado de capitais;
- Subprograma de desenvolvimento do sector segurador e dos fundos de pensões;
- Subprograma de desenvolvimento de relações internacionais de cooperação e integração;
- Subprograma de desenvolvimento do sector de micro-finanças.

### 7.6.2 — Resultados (2005 e 1.º trimestre de 2006):

A Lei n.º 1/99, de 23 de Abril — Lei das Instituições Financeiras que vigorou até Setembro de 2005, complementada com normas emitidas pelo Banco Nacional de Angola (BNA), havia estabelecido a estrutura básica do sistema financeiro nacional. O exercício das funções de crédito e a prática dos demais actos inerentes à actividade financeira ordenaram-se segundo dois grandes grupos de instituições: (i) as que possuem capacidade de criação de moeda (instituições financeiras bancárias); e (ii) as que desempenham apenas funções de intermediação financeira (instituições financeiras não bancárias). Entretanto, para além dos bancos comerciais, entre as instituições financeiras, e as seguradoras e fundos de pensões, entre as instituições financeiras não bancárias, não haviam surgido outro tipo de instituições financeiras, como por exemplo sociedades de locação financeira, sociedades de cessão de crédito, sociedades cooperativas de crédito e mediadoras dos mercados monetários, assim como sociedades de capital de risco, sociedades de investimento e as sociedades gestoras de fundos de investimento. Isso se deveu, entre outros factores, ao facto de a legislação ser incompleta e insuficiente.

Assim, no quadro da sistematização das acções de desenvolvimento do sistema financeiro definida no Programa Geral do Governo 2005-2006, foram adoptadas importantes medidas legislativas com a aprovação de uma nova Lei das Instituições Financeiras — a Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro —, da Lei dos Valores Mobiliários — a Lei n.º 12/05, de 23 de Setembro — e do Decreto n.º 9/05, de 18 de Março — que aprova o Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais. Nesse âmbito, o Núcleo do Mercado de Capitais, então criado pelo Ministério das Finanças, para coordenar as acções para instituir o mercado de valores mobiliários deu lugar à Comissão do Mercado de Capitais, como instituição reguladora do mercado de capitais. Na sequência, foi constituída a Sociedade Comercial «Bolsa de Valores e Derivativos de Angola», bem como se implantou o Instituto de Formação do Mercado de Capitais, que tem a missão de formar todos os agentes e intermediários do mercado de capitais.

Para além disso, assinala-se, no domínio dos Seguros e Fundos de Pensão, a aprovação pelo Decreto n.º 53/05, de 15 de Agosto, do Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

Finalmente, há a referir o desenvolvimento da actividade de micro-finanças, quer do ponto de vista do seu enquadramento, quer da sua inserção no sistema bancário.

### 7.6.3 — Metas 2007-2008:

As principais metas para 2007-2008, essencialmente de natureza legal, regulamentar ou política, serão as seguintes:

#### Programa Integrado do sistema financeiro

Subprogramas Organismo responsável	Metas	
	2007	2008
Desenvolvimento do mercado de capitais <i>Comissão de mercado de capitais</i>		
Aumento do número de empresas cujo capital é aberto .....	X	X
Reforço da capacidade institucional do Governo no domínio do mercado de capitais, na prevenção e repressão de condutas ilícitas e de concentração do mercado .....	X	X

Subprograma Organismo responsável	Metas	
	2007	2008
Incremento da actividade de intermediação financeira e da negociação no mercado de capitais	X	X
Criação de um quadro regulamentar para a exequibilidade das leis do mercado de capitais	X	
<b>Desenvolvimento do sector segurador e dos fundos de pensões</b> <i>Instituto de Supervisão de Seguros</i>		
Instituição de seguros obrigatórios	X	X
Enquadramento tributário com benefícios fiscais, no âmbito da revisão fiscal efectuada pelo Governo	X	X
<b>Desenvolvimento das relações internacionais de cooperação e integração</b> <i>Instituto de Supervisão de Seguros</i>		
Consolidação de relações com organismos internacionais de que o Estado Angolano é membro	X	X
<b>Desenvolvimento do sector de micro-finanças</b> <i>Banco Nacional de Angola</i>		
Elaboração da política e da estratégia nacional de micro-finanças	X	
Criação de uma base de dados para o sector	X	
Criação do quadro legal e regulamentar para o sector	X	X

#### 7.6.4 — Medidas de política:

No PGG para o biénio 2007-2008, as principais medidas de política a adoptar serão as seguintes:

#### Programa Integrado do sistema financeiro

Subprograma	Medidas de política essenciais
Desenvolvimento do mercado de capitais	<p>Incentivar as empresas a transformarem-se em sociedades abertas;</p> <p>Propor incentivos fiscais indutores à listagem de empresas e aumento de títulos na bolsa de valores.</p> <p>Estabelecer medidas de protecção ao investidor, com destaque especial ao investidor individual.</p> <p>Propor legislação anti-trust e legislação contra lavagem ou branqueamento de capitais.</p> <p>Incentivar a adopção de boas práticas de governação corporativa, distinguindo-as por níveis de governação;</p> <p>Desenvolver campanhas de marketing institucional para garantir ampla participação da população na abertura do capital das empresas angolanas através da bolsa de valores;</p> <p>Fortalecer continuamente as estruturas de supervisão do mercado de capitais;</p> <p>Crear uma central de compensação, liquidação e custódia de valores mobiliários e regulamentar o acesso dos operadores e intermediários;</p> <p>Incentivar o surgimento de intermediários financeiros;</p> <p>Dinamizar o surgimento de clubes e fundos de investimentos, com a finalidade de inculcar hábitos de investimento na população;</p> <p>Promover o surgimento de sociedades corretoras de valores;</p> <p>Promover o surgimento de sociedades gestoras de fundos de titularização e sociedades de gestão e investimento imobiliário para operacionalizar um sistema financeiro habitacional via mercado;</p> <p>Promover o surgimento de sociedades de capital de risco, sociedades de investimentos e sociedades gestoras de participações sociais, visando encontrar alternativas de financiamento ao crédito bancário;</p> <p>Agregar, sob a figura do IMC, o conjunto de profissionais de Investimento, jornalistas, juristas, auditores, universidades e outros profissionais e instituições ligadas ao mercado de capitais para a discussão permanente da implementação do mercado de capitais em Angola;</p>

Subprogramas	Medidas de política essenciais
	<p>Implementar o programa de formação de operadores/intervenientes do mercado de capitais, através do IMC;</p> <p>Regulamentar as sociedades financeiras sob jurisdição da comissão do mercado de capitais, previstas na LVM e LIF;</p> <p>Elaborar a regulamentação contabilística das sociedades abertas;</p> <p>Regulamentar o regime jurídico das sociedades financeiras, sob jurisdição da CMC, previstas na LIF e na LVM;</p> <p>Regulamentar e divulgar o regime jurídico dos fundos de investimento, como organismo de investimento colectivo.</p>
Desenvolvimento do sector segurador e dos fundos de pensões	<p>Aprovar e implementar os seguintes projectos de diploma:</p> <p>Seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel e seu fundo de garantia;</p> <p>Responsabilidade civil — aviação e infra-estruturas aeronáuticas;</p> <p>Regulamentação de diversas matérias no âmbito da legislação da protecção social obrigatória tutelada pelo MAPESS;</p> <p>Elaborar projectos de enquadramento fiscal para os seguros e fundos de pensões inseridos no projecto do código fiscal, a ser revisto e aprovado pelo Governo, através do MINFIN/DNI.</p>
Desenvolvimento de relações internacionais de cooperação e integração	<p>Promover acções de integração regional e cooperação no âmbito do comité dos órgãos supervisores de seguros e fundos de pensões (CISNA) da SADC/carta amarela,</p> <p>Promover acções junto de organismos internacionais e cooperação:</p> <p>Multilateral Investment General Association (MIGA) riscos políticos e transferência tecnológica e de capital no quadro do Banco Mundial, relações a desenvolver concertadamente com outras instituições nacionais; e</p> <p>GATT/CNUCED/OMC, relações a desenvolver concertadamente com outras instituições nacionais.</p>
Desenvolvimento do sector de micro-finanças	<p>Assegurar a inserção, viável e sustentável, do sector de micro-finanças no sistema financeiro nacional;</p> <p>Atribuir ao núcleo de micro-finanças do Banco Nacional de Angola o mandato e os meios necessários para exercer as funções de acompanhamento e coordenação do sector;</p> <p>Apoiar a criação e desenvolvimento, no seio do sistema bancário, de unidades independentes para as actividades de micro-finanças;</p> <p>Estimular a intervenção, articulada da comunidade de doadores e das ONG, no apoio técnico e institucional, aos clientes de micro-finanças.</p>

#### 8 — Orçamento global e financiamento (2007-2008):

O Programa Geral do Governo para o biénio 2007-2008, tem o investimento público como instrumento essencial da implementação das diferentes políticas. Assim, o PIP está orçado em cerca de 1073 mil milhões de Kz.

Durante o biénio 2007-2008 estarão em curso projectos, inscritos no PIP, com um custo total previsto de 822 056,93 milhões de Kz, equivalente a 9482,84 milhões de USD. Em 2007-2008 prevê-se executar 76,6% do custo total, sendo que 9,87% foi realizado em anos anteriores e 13,52% deverá ser executado em anos seguintes.

Em 2007 serão executados investimentos públicos no montante de 563 606,19 milhões de Kz, correspondendo a 6517,94 milhões de USD.



(Milhões de Kz.)

Ministérios	Custa prevista		Total 2007-2008	
	2007	2008	Em valor	Em %
<b>Sectores produtivos e infra-estruturas</b> .....	<b>330 527,68</b>	<b>188 879,00</b>	<b>519 406,68</b>	<b>63,18</b>
Agricultura e Desenvolvimento Rural .....	14 109,53	7 486,08	21 595,61	2,63
Pescas .....	36 320,20	0,00	36 320,20	4,42
Petróleos .....	—	—	0,00	0,00
Geologia e Minas .....	251,74	251,74	503,48	0,06
Indústria .....	1 915,24	428,89	2 344,13	0,29
Energia e Águas .....	61 859,88	23 962,06	85 821,94	10,44
Obras Públicas .....	175 801,12	92 808,68	268 609,80	32,68
Transportes .....	32 904,47	61 190,22	94 094,69	11,45
Correios e Telecomunicações .....	7 365,50	2 751,33	10 116,83	1,23
<b>Sectores sociais</b> .....	<b>85 633,65</b>	<b>24 135,10</b>	<b>109 768,75</b>	<b>13,35</b>
Educação .....	32 453,29	5 800,83	38 254,12	4,65
Saúde .....	17 135,74	1 760,10	18 895,84	2,30
Assistência e Reinserção Social .....	14 567,18	1 520,37	16 087,55	1,96
Antigos Combatentes .....	81,44	15,00	96,44	0,01
Família e Promoção da Mulher .....	35,00	0,00	35,00	0,00
Juventude e Desportos .....	5 993,97	15 038,80	21 032,77	2,56
Comunicação Social .....	15 367,03	0,00	15 367,03	1,87
<b>Restantes sectores</b> .....	<b>81 661,59</b>	<b>8 507,06</b>	<b>90 168,65</b>	<b>10,97</b>
<b>Programa de melhoria e aumento da oferta dos serviços sociais básicos às populações</b> .....	<b>65 783,27</b>	<b>36 929,58</b>	<b>102 712,85</b>	<b>12,49</b>
<b>Total</b> .....	<b>563 606,19</b>	<b>258 458,74</b>	<b>822 064,93</b>	<b>100,00</b>

Os sectores produtivos e de infra-estruturas terão, no biénio, investimentos no montante de 519 406,68 milhões de Kz., correspondendo a 63,18% do total. Estes investimentos estão particularmente orientados para criar as condições económicas e infra-estruturais, visando a aceleração e sustentabilidade do crescimento económico, a diversificação da estrutura económica, a criação de emprego, a melhoria da produtividade e o combate à pobreza.

Os sectores sociais, mais directamente ligados à elevação das condições de vida da população e ao desenvolvimento dos recursos humanos do País, mobilizarão, no biénio, investimentos com um custo total previsto de 109 768,75 milhões de Kz., representando 13,35% do total.

Os restantes sectores, onde se incluem, nomeadamente, as reformas e a capacitação institucional, terão um investimento em 2007-2008 de 90 168,65 milhões de Kz., correspondendo a 10,97% do total.

Refira-se que, complementarmente, os Programas Provinciais de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações atingirão um montante total de 102 712,85 milhões de Kz., o que representará um acréscimo de 12,49% em relação ao biénio 2005-2006.

O financiamento do Programa Geral do Governo Extensão para Biénio 2007-2008, será assegurado por uma combinação de fontes internas e externas.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Roberto António Victor Francisco de Almeida*.

O Presidente da República, **JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**.

## MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DO URBANISMO E AMBIENTE

Despacho conjunto n.º 562/06

de 27 de Dezembro

Tendo-se verificado a ausência injustificada do proprietário, por período de tempo superior a 45 dias durante a vigência da Lei n.º 43/76, de 19 de Junho:

Atendendo a que a Lei n.º 7/95, de 1 de Setembro considera confiscado, constituindo património do Estado, independentemente de quaisquer formalismos, todos os imóveis e fracções autónomas abrangidos pelas Leis n.º 3/76, de 3 de Março e 43/76, de 19 de Junho;